

Esta tese foi julgada para a obtenção do  
título de Mestre em Direito e aprovada  
em sua forma final pelo Programa de Pós-  
Graduação .

Prof. OSNÍ DE MEDEIROS RÉGIS

Orientador



Prof. PAULO HENRIQUE BLASI

Coordenador

Apresentada perante a Banca Examinadora  
composta dos Professores



Osni de Medeiros Régis

Presidente

Alcides Abreu



Walter Piazza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

P O D E R   P O L Í T I C O

E

M U D A N Ç A   S O C I A L

(Estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages - SC)

Tese submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Direito

CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI

Setembro - 1977

Em memória de meu pai Osvaldo D. Lenzi  
e de minha tia Julieta Lobô da Silveira  
Brito.

Para Zuleika, minha mulher, Adriana,  
minha filha e para minha mãe, Lourdes.

Os agradecimentos do autor à Universi-  
dade Federal de Santa Catarina, e de que  
possibilitou a formação desta primei-  
ra turma de pós-graduandos em Direi-  
to, aos professores do Curso e, postu-  
ramente, ao professor Telmo Vieira Ri-  
beiro.

O autor nasceu em Lages (SC), bacharelou-se em Direito pela UFSC. Jornalista profissional ("O Estado", "A Gazeta", "Folha de São Paulo" — correspondente). Oficial de Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, Diretor da Imprensa Oficial do Estado, Diretor da Imprensa Universitária da UFSC, bolsista da "Agency for International Development" nos Estados Unidos. Especializou-se no "Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil", sob a orientação do Prof. Dr. Alfredo Buzaid, durante um ano, na Faculdade de Direito da USP. Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da UFSC. Chefe do Departamento de Direito Processual Civil e Prática Forense. Membro da Academia Catarinense de Letras, da Academia Brasileira de Ciências Médicas e Sociais, da Asociación Ibero Americana de Derecho del Trabajo. Conselheiro da OAB/SC. Exerceu (1974/1976) o cargo de Secretário da Diretoria Executiva. Publicou "Crônicas", 1964. Pel "O Litisconsórcio no Processo Civil", 1965.

## R E S U M O

Este trabalho está dividido em seis capítulos, trata do poder político oligárquico no município de Lages, Estado de Santa Catarina, e da mudança ocorrida após a vinda de elementos humanos do Vale do Itajaí e do Rio Grande do Sul para a exploração, principalmente, da madeira.

Os capítulos revelam a metodologia e as técnicas usadas, a abordagem teórica do poder político-oligárquico local e os mais significativos fatos políticos ocorridos no Estado, envolvendo a liderança da família Ramos, no período 1930/1964.

Analisa-se a política municipal da área em estudo, o poder político exercido pela oligarquia, as disputas e as dissensões. Aborda-se a mudança social em decorrência da instalação do Batalhão Rodoviário, a consequente abertura de novas vias de comunicação e a decadência das fazendas, que até então, eram as unidades econômicas do município.

Conclui-se que a mudança social ocorrida, deslocou o poder político da oligarquia para agremiações e movimentos de cunho popular.

## A B S T R A C T

The subject contains six chapters and deals with the oligarchic political power in the city of Lages, in the State of Santa Catarina, and the changes that occurred after the introduction of new elements from the "Vale do Itajaí", and the State of Rio Grande do Sul, for industrial exploitation mainly of the wood.

The methodology used and theoric analysis of the local political and oligarchy power, and the more prominent political facts occurred in the State involving the leadership of the Ramos family in the period from 1930 to 1964 are reviewed in the chapters.

An analysis is made of political structure of the area studied, the political power held by oligarchy and the disputes and dissensions among the leading political figures.

The social transformation as consequence of the creation of the "Batalhão Rodoviário", promoting an evolution of the system of communication and conversely the decay of forms which were until then, the economic unities of the city, are discussed.

It is our conclusion that the social trans-  
formation occurred, is made responsible for the transference of  
the political power from the oligarchy for parties and politi-  
cal movements of more popular connotation.

## S U M Á R I O

### I - INTRODUÇÃO

- CAPÍTULO 1      1.1. Referência Teórica  
                  1.2. Métodos
- CAPÍTULO 2      PODER POLÍTICO LOCAL
- CAPÍTULO 3      A POLÍTICA EM SANTA CATARINA  
                  3.1. Antecedentes  
                  3.2. Da Revolução ao Governô  
                  3.3. A Assembléia Constituinte  
                  3.4. A Redemocratização
- CAPÍTULO 4      A POLÍTICA MUNICIPAL DE LAGES  
                  4.1. Aspectos Gerais do Município  
                  4.2. Resumo Histórico
- CAPÍTULO 5      O PODER POLÍTICO EM LAGES (1930/1964):  
                  5.1. A Oligarquia  
                  5.2. As Disputas  
                  5.3. As Dissensões
- CAPÍTULO 6      A MUDANÇA SOCIAL  
                  6.1. Generalidades  
                  6.2. As Estradas e o Batalhão Rodoviário  
                  6.3. A Decadência das Fazendas

### II - CONCLUSÕES

### BIBLIOGRAFIA

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma tentativa de explicar o fenômeno do coronelismo-oligárquico, ou do poder político exercido pelos agentes do estamento-patrimonialista, ocorrido no município de Lages, Estado de Santa Catarina.

O tema não é novo e existem inúmeros trabalhos que abordam o problema em diversas regiões do país. Entretanto, crê-se válida esta iniciativa, pois na literatura catarinense ainda não existe qualquer trabalho — de cunho científico — que trate do assunto, principalmente, com vistas à área eleita para o estudo.

Tem-se, assim, que possivelmente se esteja dando pequena contribuição à sociologia política, e divulgando ocorrências constatadas, que podem se constituir em subsídios para o conhecimento e formação política da sociedade catarinense, principalmente, da comunidade em estudo, que de uma forma geral, exerceu durante longo tempo, grande influência nos destinos políticos de Santa Catarina.

A posição metodológica do estudo tem o escopo de analisar o comportamento social da comunidade, a sua estrutura econômica, verificando as modificações ocorridas nas atividades relacionadas com o trabalho e a produção, as implicações sócio-políticas resultantes entre aqueles que ofereciam os meios de trabalho e os que o executavam.

Buscou-se constatar a mudança social ocorrida que afetou as relações do sistema do poder, sabendo-se das causas dessa mudança, e de possíveis redefinições coronelísticas-oligárquicas. Colheu-se que o surgimento de novos elementos engajados aos novos meios de produção, modificou o quadro político, abalando o sistema, determinando a diversificação na atuação dos agentes oligárquicos, ora por atitudes de acomodação, ora por contradição.

Estabeleceu-se uma base retrospectiva dos acontecimentos políticos ocorridos no Estado de Santa Catarina e no município de Lages, em determinado tempo, com a finalidade de verificar os fatos considerados importantes no sistema de relação de poder.

O sistema de poder, no caso em estudo — como ocorreu em outras áreas do país — passou por redefinições nas suas relações com as esferas mais amplas, e, na época pré-republicana, o governo central não se envolvia na autonomia de comando dos coronéis. Na chamada República Velha o poder destes foi ampliado. Com a revolução de 1930 e no chamado Estado Novo, houve interferência do governo central no sistema coronelístico, diminuindo a sua atuação, com a implantação do estado autoritário. Depois de 1945, as dissensões familiares na área em estudo repartiram os seus choques dentro da UDN e do PSD, revigorando a autonomia dos chefes políticos locais, que escolhiam os seus candidatos — em convenções, de resultados antecipadamente definidos — para a Câmara Municipal, Prefeitura e órgãos legislativos do Estado e da União.

Depois de 1964, e mais objetivamente, com as modificações da vida partidária brasileira em 1966, os grupos oligárquicos sofrem total restrição na escolha dos candidatos ao governo do Estado, limitando-se à seleção de Prefeitos e de representantes nos órgãos legislativos.

Na Arena, em âmbito estadual, tenta-se juntar as lideranças das oligarquias e de grupos econômicos que também disputam o poder. Todavia as velhas rusgas e dissensões não acabam com um simples ato institucional. A nova situação determinou a formação de sublegendas para aplacar as disputas, principalmente, na órbita municipal. Na área de estudo, como veremos, não isto se conseguiu: o fenômeno extrapolou, jogando agentes da oligarquia para os quadros da oposição. Assim, no município de Lages, a Arena está composta por elementos do ex-PSD e alguns poucos da ex-UDN. No MDB, os antigos componentes dos chamados partidos populares e um razoável contingente de ex-udenistas e também de ex-pessedistas.

Para as abordagens sobre o processo político, valeu-se neste trabalho, principalmente, dos ensinamentos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (O Mandonismo Local da Vida Política Brasileira e Outros Ensaíos), Vitor Nunes Leal (Coronelismo, Enxada e Voto), Raimundo Faoro (Os Donos do Poder) e Maria Auxiliadora Ferraz de Sá (Dos Novos aos Velhos Coronéis), entre outros.

Reconhece-se as limitações que este trabalho apresenta, e as polêmicas a que se pode estar sujeito, especialmente porque envolve nomes de pessoas que militam na vida social e política de Santa Catarina, mas acredita-se que foi observado um mínimo de rigor teórico e metodológico.

Entende-se por estamento — na citação de SEDI HIRANO (op. cit. p.35) — "uma associação de homens que dentro de uma associação, reclama de um modo efetivo; a) uma condição estamental exclusiva — e eventualmente também; b) um monopólio exclusivo de caráter estamental. A sociedade estamental articula-se através de estamentos."

Deseja-se salientar, por último, que a expressão oligarquia — ou oligarca — é aquela compreendida no sentido político do termo, e não a de caráter pejorativo.

## CAPÍTULO 1

### 1.1. REFERÊNCIA TEÓRICA

### 1.2. MÉTODOS

## 1.1

REFERÊNCIA TEÓRICA

O município de Lages até há algum tempo, apresentava uma posição em que o poder econômico dos proprietários rurais estava aliado à dominação política. Atualmente, pode-se encontrar naquela região características de sociedade de classes.

Neste estudo, parte-se da generalização teórica elaborada por MAX WEBER, que é aplicável ao tipo de análise a que se propõe.

Preocupa-se em saber, se a área estudada atenderá aos componentes que WEBER coloca, ao demonstrar os seus tipos ideais.

A dominação estamental, à qual se pode acrescentar a forma oligárquica, na definição de WEBER (1), seria a "dominação patrimonial em que determinados poderes de mando e suas correspondentes probabilidades, são apropriadas pelo quadro administrativo", ou ainda, completando, seria "toda forma primariamente orientada pela tradição, porém, exercida em virtude de um direito próprio".

Numa sociedade do tipo estamental-patrimonialista, a construção de um sistema comum, cujos valores são auto-

---

(1) WEBER, Max, *Economia y Sociedad*, México, Fondo Cultura Económica, 1967, I, p. 242.

atribuídos, torna-se o impulso e o objetivo final para a movimentação dos figurantes dentro do sistema. Os estamentos se formam para determinar auto-valores e conquistas.

Cria-se, portanto, um mútuo reconhecimento de valores que é o ponto de partida de um processo, através do qual, os distintos estamentos, são articulados, centralizados e organizados, a cada nível, para a conquista dos órgãos do poder público, ou seja, dos quadros burocráticos do Estado, privilégios e benefícios concedidos a cada estamento.

Em decorrência, os estamentos obtêm do poder público, não somente a representação, mas através dela, a apropriação do poder político.

Tem-se, assim, que na sociedade estamental-patrimonialista, os agentes partem de um sistema comum, atribuindo a si, valores próprios, conquistando, desta forma, os valores políticos e a partir desses, o econômico, que é meio para alcançar e assegurar o prestígio político. É o ponto de expectativa dos agentes do estamento e a visualização dos objetivos, o sinal do sistema estamental.

Na sociedade estamental, os agentes se movimentam mediante um processo de círculo, caracterizado pelo imobilismo e na atribuição fixa, para o conseguimento de função e prestígio.

Nas sociedades de classe, o econômico é o objetivo, a meta para o impulsionamento do sistema, enquanto que o político representa um meio para alcançá-lo. Nesta abordagem, as classes sociais estabelecem as suas estratégias na posição que ocupam no processo de produção econômica, ou seja, pela distribuição e circulação de troca de bens, variando esta posição, entre os membros de uma mesma classe, mas distintos com referências às outras classes.

Nas sociedades estamentais-patrimonialistas, os interesses e oportunidades econômicas visam o controle do aparelho político e estatal, condicionados às possibilidades de sensibilizar o poder público. Na sociedade de classes o econômico é o objetivo, no sentido de afetar o político, com fim de conseguir melhor movimentação para a sua posição no processo de crescimento.

Estamentos e classes realizam um movimento social em diferentes direções, como também, esperam resultados diferentes. Os primeiros têm em mira as posições políticas, e em consequência, ou por decorrência, as econômicas. No estamento, não há lugar para competição, nem para mobilidade entre estamentos.

FAORO (2) adverte que: "A classe e seus membros, por mais poderosa que seja, pode não dispor do poder polí-

---

(2) FAORO, Raimundo, *Os Donos do Poder*, Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo/Editora da Universidade de São Paulo, v. 2, 1975, p. 48.

tico", e acrescenta: "o estamento político constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer ao mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder". São órgãos do Estado, as classes são categorias sociais.

Distingue-se, por outro lado, na participação do poder na orientação capitalista e a estamental-patrimonialista. Naquela os agentes se movimentam dentro do processo econômico, com autonomia e espontaneidade, buscando as suas condições políticas. Na orientação estamental, procura-se o controle dos quadros administrativos do Estado para o conseguimento de honrarias, privilégios e posições já conseguidas pela riqueza existente.

Há, entretanto, que se destacar que nas sociedades modernas, o fator econômico é simultaneamente o impulso e objetivo dos agentes, movimentando-se no processo para a obtenção de valores econômicos indefinidos, atravessando antes o fato político.

1.2.

MÉTODOS

Entende-se que o tipo de dominação estamental estaria bem representado em Lages, como instrumento de força para comandar as eleições, ou escolher os eleitos, representados por uma minoria familiar dirigente, dominando a maioria dirigida, sendo que o aumento do poder dos líderes políticos estaria ligado à proporção da extensão de suas organizações.

A primeira viagem à comunidade-caso, para o levantamento dos dados, foi realizada em agosto de 1977, salientando-se que o autor já possuía uma visão geral do município, pelo fato de ter nascido e vivido em Lages por bastante tempo, e, mesmo, por estar em constante contato com os acontecimentos econômicos, políticos e sociais, como também, pela leitura de jornais e ter mantido contatos com elementos lageanos que visitavam a capital.

Foram realizadas pesquisas no Museu Tiago de Castro, especificamente nos jornais da fase em que este trabalho se situa. Buscou-se, também, dados junto a Fundação Universitária do Planalto Catarinense — UNIPLAC — e, também, junto a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages — FACEC. Foram coletadas informações através de observação direta e realizadas entrevistas com pessoas que acompanharam o processo político lageano. Registre-se a relutância da grande maioria dos entrevistados em permitir que se gravasse as entrevistas e depoimentos. Em primeiro lugar, porque o lageano é no geral tímido e de

comportamento desconfiado, mesmo com os seus conterrâneos. Em segundo lugar, porque temiam uma possível divulgação deturpada do que informavam.

As entrevistas obedeceram um roteiro de perguntas diante das hipóteses colocadas e indagações de fatos históricos relacionados com o processo político local. Os entrevistados eram de ocupações distintas, tais como fazendeiros, madeireiros, políticos, advogados, médicos, professores e militares. Os roteiros não foram exatamente obedecidos pelos entrevistados, pois constantemente distorciam as respostas para o registro de fatos que somente lhes interessavam. Dificilmente se conseguia a informalidade (com os entrevistados).

Colheu-se documentação e várias fotografias dos descendentes da família Ramos, de outros políticos, e da família Costa que teve real significação para o tema abordado. Este material, infelizmente não pode ser aqui mostrado, eis que o trabalho vai apresentado por datilografia "xerocada".

Complementou-se a pesquisa em Florianópolis, na Biblioteca Pública do Estado, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Instituto Técnico de Pesquisas do Estado, Arquivo e Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado. Realizou-se, também, outra série de entrevistas com políticos, jornalistas e alguns lageanos residentes nesta capital. Deixou-se de entrevistar, nesta oportunidade, alguns membros da família Ramos de Florianópolis, por motivos de viagem e saúde.

CAPÍTULO 2

PODER POLÍTICO LOCAL

1. Em nosso país, desde o descobrimento, foram se formando quistos de poder local, com a transferência do estamento do estado patrimonial português (1), que embora antes do descobrimento um ato comercial, confiava aos detentores da terra, elementos de freio conservador, preocupados em assegurar a base do seu poder. A colonização foi obra do Estado lusitano, como as capitanias representavam a delegação pública do próprio poder. Esta forma de doação do território conquistado ensejou a base do sistema político-administrativo do reino, com as adaptações sugeridas pelas peculiaridades locais.

Assim, pela dimensão territorial do Brasil e pela falta de centralização do poder, cresceram as liberdades locais e fortaleceram-se as instituições sociais. O poder tornou-se privilégio de uma camada social que possuía os bens de produção — a terra —, e, conseqüentemente, a liderança política.

No Império, na República vigorou o "mandonismo" político, representado por "uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar família grande" (2). Na assertiva de DUARTE (3), "O Estado, ao se apoiar comprometido nessa ordem privada, viria confirmar a velha definição, com tanto ranço medieval, de Diderot, de que o "Estado é uma reunião de famílias". Esta dominação "tradicional-patrimonialista" é também em

(1) FAORO, Raimundo, *Os Donos do Poder*, P. Alegre, Ed. Globo, 1975, 1ª vol., p. 130.

(2) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976, p. 33.

(3) DUARTE, Nestor, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, contribuição à Sociologia Política Brasileira*, São Paulo, Col. Brasiliana, Comp. Ed. Nacional, 1939, p. 182.

tendida como atitude oligárquica, ou sistema coronelístico, que se legitimava, à nível local, pela dependência econômica da população rural — os agregados, os peões, os escravos — dominada pelos senhores ou patrões, coadjuvados pela descentralização federativa, seguindo-se a adoção da chamada "política dos governadores", introduzida por Campos Sales, que era uma forma de organização política associada ao imperialismo (4), através do qual o poder central assegura a uma facção regional o monopólio do poder, em troca da lealdade política ao Centro, manifestada através do voto de clientela, que cria bases incondicionais de apoio ao Presidente da República, por intermédio das lideranças locais.

O "coronelismo" (5) significa força política e até militar, pois que o poder dos "coronéis", em algumas províncias e Estados suplantava o das Brigadas. No Império, os grupos oligárquicos encontraram no Poder Moderador do Imperador um obstáculo para o controle total dos governos provinciais, pela escolha de seus presidentes. Com a República e a instituição do federalismo este impecilho caiu por terra.

Para o prevalecimento de uma oligarquia, a luta é imprescindível, quando um só grupo, ou uma só família se reúne para a dominação total. Na citação de CARONE (6) na

(4) CAMARGO, Aspásea Alcântara de, *Autoritarismo e Populismo, Bipolaridade do Sistema Político Brasileiro*, in "Dados", Rio, 1976, nº 12, p. 26.

(5) Denominação oriunda da criação da Guarda Nacional (18/8/1831) que conferia o posto de "coronel" aos chefes políticos municipais (Nota de Basílio de Magalhães, in LEAL, Victor-Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*, S. Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1975, p. 20.

(6) CARONE, Edgar, *A Primeira República, Texto e Contexto*, S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973, p. 66.

assim ocorreu com os "coronéis de São Paulo, que lutaram contra os revolucionários de 1924, os da Bahia, que atacam a capital do Ceará contra Fortaleza e o "caudilhismo" gaúcho que sustentava o seu próprio exército, para lutar contra ou a favor de Borges de Medeiros. O "coronelismo", na expressão de LEAL, envolve um complexo de características da política municipal, tomando-se em conta as peculiaridades locais e suas variações no tempo. O monopólio do poder regional exercido através do coronelismo, de uma política de clientela, assegura ao poder central uma enorme parcela de votos nas regiões efetivamente marginalizadas das decisões políticas. Veja-se também em SA (7) outras designações do sistema coronelístico.

Estas peculiaridades somente são identificáveis de acordo com cada momento histórico. LOVE (8) salienta que "tipicamente, porém, os coronéis do Rio Grande (tal como os de outros Estados brasileiros) eram proprietários rurais, embora não necessariamente os maiores proprietários de seus distritos. O que distinguia o coronel gaúcho era seu papel dentro da estrutura partidária". Acrescenta a figura do coronel burocrata surgido naquele Estado que, em virtude de exercer o poder, tinha de sabernacatar as decisões partidárias vindas de cima para baixo. Assim, se os segmentos, fossem coronéis ou não, dependentes ou subordinados, não podiam tomar decisões importantes.

(7) SA, Maria Auxiliadora de, Dos Novos aos Velhos Coronéis, Recife, Pimes, 1974, p. 22.

(8) LOVE, Joseph L., O Regionalismo Gaúcho, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975, p. 84.

FAORO (9) distingue a figura do "caudilho", ligado a "uma nobreza guerreira". A designação gaúcha de caudilho, decorreu em parte da posição geográfica daquele Estado, sulino, fronteiro aos países da Prata, envolvidos frequentemente em guerras, defendendo as linhas demarcadas; outras vezes, homiziando-se nas fronteiras, ou além delas, fugindo das lutas do Rio Grande. "O caudilhismo" — assinala FAORO — ao se ajustar à sociedade com suas rotinas econômicas e sociais, integrava-se no fazendeiro ou no militar, este cada vez mais burocratizado. Destaque-se que a política do Rio Grande esteve muitas vezes divergente do poder central. O chefe político — o caudilho — envolvia-se em guerras e disputas, sendo sua liderança mais conhecida pela bravura e pela audácia. Silveira Martins segundo LOVE (10), foi o estereótipo do caudilho gaúcho, Pinheiro Machado.

As raízes do coronelismo no Brasil nos remontam à época imperial e "tem sido entendido como uma forma especial do poder político brasileiro que floresceu durante a Primeira República".

A baixa mobilização política nas áreas rurais do país, relacionava-se ao controle das "oligarquias coronelísticas", onde, por volta de 1920, vivia cerca de 10% dos habitantes brasileiros (11). O coronel era o líder político do local, do partido oficial no seu Estado, e mais efetivamente no seu município, cabendo-lhe a função de apresentar o maior número de votos.

(9) FAORO, *op. cit.*, I vol., p. 160.

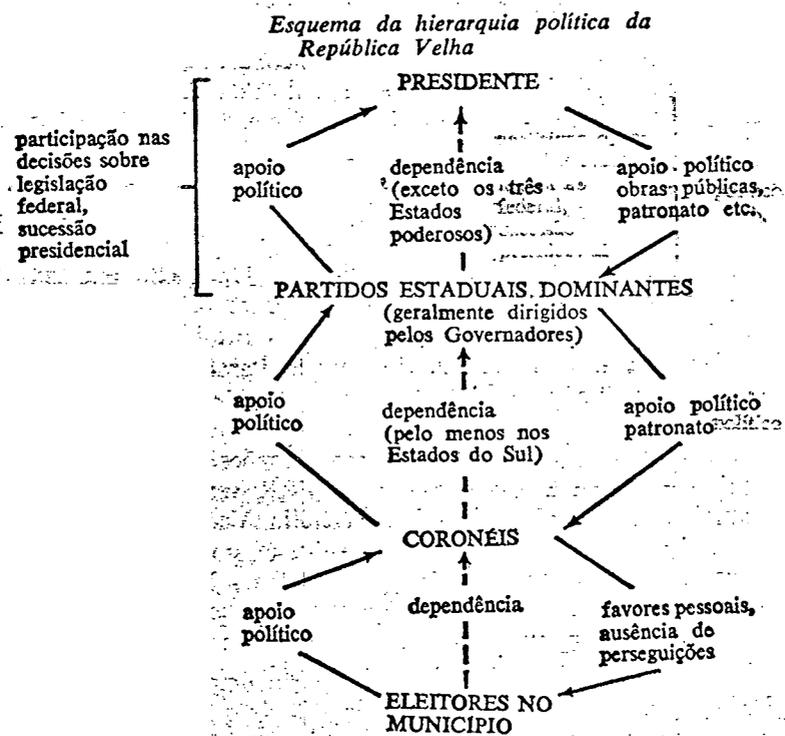
(10) *Op. cit.*, P. 24.

(11) LOVE, *op. cit.*, P. 126.

eleitorais, impedindo a oposição de praticar os atos eleitorais; comprando votos através de bens materiais e promessas de colocação de emprego na máquina administrativa que ele dominava. O aliamento eleitoral era feito nos distritos para a sede do município, utilizando-se caminhões e automóveis oficiais, contribuindo também os particulares e correligionários. Recorria-se à violência e à fraude para conseguir os votos que possibilitassem a vitória do candidato partidário, usando-se a força dos homens: leais ou capangas, geralmente armados.

Efetivava-se, assim, o controle do sepatronato local.

LOVE (12) figura em gráfico, um sistema muito sugestivo da hierarquia política, dominante na República Velha.



(12) *Op. cit.*, p. 126.

A dominação oligárquica na República, segundo SODRÉ (13), estende-se desde a derrota de Floriano, até ao fim da Primeira Guerra Mundial, mas, caracterizando-se, perfeitamente, no governo Campos Sales, quando mecanismos económicos e financeiros são montados para beneficiar as oligarquias estaduais, na troca de interesses políticos. Rui Barbosa, na campanha civilista, salientava: "Um dos flagelos que desgraçam este país são as chamadas oligarquias estaduais, que o governo da União, a coroa, explora, sustenta e agrava, servindo-se, para isto, já dos exércitos militares de mar e terra, já do exército civil que no nosso inumerável funcionalismo lhe proporciona. No dia em que a União deixar de ser guardalcoças das oligarquias locais, entre a velar seriamente, com as atribuições que a Constituição já lhe dá, pelas que a reforma constitucional lhes derá contra os desregulamentos, pelos quais, nos Estados, se anula ou subverte o sistema republicano federativo, a autonomia dos membros da federação começará desde logo, a ter foros de verdade, e a política brasileira deixará de ser, como é, o sindicato dos governadores presidido pelo chefe do Poder Executivo".

Para a sua manutenção, as oligarquias locais usavam de instrumentos de dominação, traduzidos pelo empreguismo, pela corrupção eleitoral (atas falsas, eleitores fantasmas, falsificação de assinaturas) e, como foi salientado, usando da violência. A fraude era privilégio tanto da situação como da oposi-

(13) SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1968, p. 307.

(14) in CARONE, Edgard, *A Primeira República*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, p. 101.

ção. As eleições na República Velha não refletiam tão somente um problema eleitoral, mas um problema de poder.

2. Após a Revolução de 1930 as relações entre o poder central e as oligarquias sofreram transformações importantes. Elas se vêem subordinadas e constrangidas a uma dependência direta do aparelho governamental. O Estado intervém como burocracia centralizadora, criando organismos destinados a controlar a produção, a distribuição e exportação de produtos.

O governo central nomeia interventores, reafirmando assim os sistemas de alianças.

Em Santa Catarina Fulvio Aducci havia assumido a presidência do Estado em 28 de setembro de 1930. Vitoriosa a Revolução deflagrada a 3 de outubro daquele ano, Aducci foi aconselhado por Osvaldo Aranha, então presidente do Rio Grande do Sul, a se entregar aos revolucionários. Antes de embarcar para o exílio o presidente catarinense — ligado a Hercílio Luz e Adolfo Konder — entregou o governo a uma Junta composta pelos Generais Acastro de Campos, Otávio Vargas Neves e do Capitão de mar e guerra Henrique Melchíades Cavalcanti. Durou, assim, o governo de Fulvio Aducci somente 26 dias. Restabelecido o "leito" da ponte Hercílio Luz, as tropas revolucionárias ocuparam Florianópolis, assumindo o governo o General Ptolomeu Assis Brasil (14<sup>a</sup>) que permaneceu no governo até 1932.

Em seguida o governo federal indicou Ruy Zuba

(14<sup>a</sup>) - in *O Estado*, 6 de julho de 1972, p. 12.

ran, sendo" removido do cargo, por pressão de Flores da Cunha, que chegou a ameaçar o rompimento com o governo central" (15). Zubaeran, parente de Ptolomeu, assumiu a 25 de outubro de 1932, permanecendo até 8 de março de 1933, passando o cargo para o Dr. Manoel Pedro da Silveira, Secretário de Estado, que por sua vez transmitiu-o ao coronel Aristiliano Laureano Ramos, nomeado Interventor Federal em Santa Catarina, permanecendo no posto até 31 de dezembro de 1934 (16). Os jornais da época informam, entre tanto, que Aristiliano permaneceu até 25 de abril de 1935, o que registramos para corrigir o engano do brilhante historiador catarinense. Na verdade, o coronel Aristiliano Ramos era grande amigo de Flores da Cunha e somente por influência do velho líder gaúcho é que conseguiu a sua nomeação para a interventoria, segundo se constatou.

No plano das interventórias é de se destacar aquelas que foram exercidas nos Estados considerados mais fortes e nos mais fracos. Nestes últimos, nos Estados menos desenvolvidos — como era o caso de Santa Catarina — a disputa ficou entre uma única família — a família Ramos —, com as sombras dos segmentos do "hercilismo" representados pelas famílias Konder, Rupp, Bayer e Bulcão Viana.

O mecanismo das interventórias, enfocado no trabalho de SOUZA (17) consistia na nomeação pelo poder central das chefias dos governos estaduais, colocando indivíduos identificados com os grupos dominantes, como instrumento de controle, vivificando-se como "uma cunha do poder central em cada Estado".

(15) SOUZA, Maria do Carmo Campello, *Estados e Partidos Políticos no Brasil*, S. Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976, p. 93, nota de rodapé.

(16) CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *História de Santa Catarina*, Florianópolis, PNE-SEC, 1968, p. 327.

(17) *Op. cit.*, p. 87/95.

Essas interventorias — ainda na opinião da professora paulista — "não passavam de pequenas ditaduras, minúsculos regimes de exceção".

Os anos 30 já denunciavam a emergência de novas forças de produção no Brasil: a crescente classe média e o operariado vão ganhando a cidade, não se desatendendo para o fato importante do aparecimento de uma área socialista na Europa, após 1917 (18). O homem do campo começa a migrar para a cidade, diferenciando-se e tornando-se operário. O fazendeiro, na área em estudo, que vê suas potencialidades quase esgotadas e não tendo aprendido novas práticas de explorar a terra, ou simplesmente desfrutá-las — vai deixando a criação do gado e tornando-se madeireiro pelo corte das reservas florestais.

Entretanto, para a política municipal, o "getulismo" quase nada influiu. As grandes cidades foram a sua grande preocupação, e a sua política, pouco ou nada alterou no comportamento das oligarquias e dos chefes mandonistas do interior. Se substituiu alguns, colocou outros de idêntica índole, fortalecendo-os, para prestigiarem a fraude eleitoral, que inclusive, foi muito empregada nas eleições de 1945.

---

(18) SODRÉ, *op. cit.*, p. 314.

3. A expressão "mandonismo político" está ligada ao abuso de mando e à prepotência, expedientes usados para a imposição de vontades e manobras, com a finalidade de fazer valer os interesses de uma pessoa ou de um grupo.

O prevalecimento do mandonismo local, segundo QUEIRÓS (19) provinha da permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio, e no que se poderia chamar de que "família grande".

A prática mandonística não foi e não é exclusividade nacional. Ela se desenvolveu em vários países, e, no Brasil, principalmente no norte, nordeste, no centro e no sul.

Na área de nosso estudo — a cidade de Lages, em Santa Catarina —, até perto da década de 50, predominava a grande propriedade rural, as fazendas, que se constituíam na única forma de exploração econômica, ou unidades de produção. As fazendas, geralmente de grandes extensões, rodeavam a cidade e, nos seus domínios, o senhor rural — o oligarca, o mandonista, o coronel, o chefe político — exercia poder absoluto sobre as manifestações e vontades dos agregados e peões. Digase, entretanto, que nem todo fazendeiro era mandonista ou coronel, mas que todos estes eram fazendeiros. Sua influência ultrapassava as fazendas, as fazendas, as invernadas, cristalizando-se nas vilas, distritos ou na cidade, dominando o mecanismo eleitoral e o adminis

---

(19) QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de, O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios, S. Paulo, Ed. Alfa Omega, 1976, p. 33.

trativo.

A grande família era o polo deste tipo de poder local. Encabeçada pelo casal, os filhos, genros, noras, netos, sobrinhos, compadres, afilhados e o séquito da criadagem; mantinha o prestígio, dominando a política local que girava em torno de seus interesses. Os cargos públicos eram ocupados por pessoas indicadas pelo chefe, e, muitas vezes, por ele próprio. Daí o controle das prefeituras, do mecanismo judicial e do policial, já que o poder local estava fortemente vinculado ao estadual, que se submetia às vontades, para a manutenção do apoio político, na província ou na capital. Os municípios tornavam-se feudos políticos, transmissíveis por herança; como igualmente acontecia com a propriedade. O oligarca mandonista exerce o poder com inflexibilidade, chegando algumas vezes às raias do terror. É ele quem dá noivo às filhas, escolhendo-os, segundo as conveniências da posição e da fortuna; é quem consente no casamento do filho, ainda que maior de idade e quem lhe determina a profissão e destina uma função na economia da fazenda; é quem faz morar na sua vizinhança o filho casado. Os filhos têm pelo pai respeito absoluto. Irmãos mais moços tratam os mais velhos até de senhora, pedindo-lhes bênçãos. As esposas tratam os maridos de senhor e estas e aquelas de senhora, e determinam uma relação marital cerimoniosa. O meio rural se torna, assim, na expressão de VIANNA (20), "um admirável conformador de almas".

(20) VIANNA, Oliveira, FJ. *Populações meridionais do Brasil*, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1922, 29a. ed., 1ª vol. p.40

Por outro lado, na sociedade agro-pecuária, como assinálaram VILAÇA e ALBUQUERQUE (21), há o "culto dos valores ligados à valentia, à brabeza, ao machismo". Embora o enfoque que coronelístico dos referidos autores esteja ligado ao nordeste, nos sul estes atributos estavam ou estão ligados à estrutura da autoridade do oligarca. Este deve ser tido como "homem", no sentido do macho, valentão, que não volta para casa com desafetos "na cara". Vários episódios de machismo dos chefes políticos são relatados na área em estudo. Houve um, todavia, que marcou profundamente a cidade de Lages. Em 1951, Irineu Bornhausen, candidato vitorioso da UDN nas eleições de 1950 para o governo do Estado, por questões políticas em Lages (redutor do PSD e onde ele fora derrotado, sendo a prefeitura conquistada pelo peessedista Osni de Medeiros Régis, apoiado por Vidal Ramos Júnior), determinou a mudança do tradicional "ponto de automóveis de aluguel" da praça Nereu Ramos. Os motoristas de praça — como eram denominados —, na sua maioria ligados ao peessedismo, rebelaram-se contra a mudança. O delegado de polícia, Jorge Arruda, udeísta, designado pelo Secretário de Segurança, tentou executar a ordem, mas não foi obedecido. Deslocaram-se, então, para Lages, tropas da Polícia Militar do Estado, comandadas pelo chefe do policiamento da Capital, Coronel Trogilo Melo, na tentativa de executar a operação. Houve a tomada estratégica da Praça com metralhadoras aninhadas, soldados embalados, mas Vidal Ramos Júnior e o Prefeito, desarmados, enfrentaram as autoridades do governo esta-

(21) VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto C. de, *Coronelismo, Coronéis*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965, p. 35.

dual e a polícia, e o ponto de automóveis, afinal, foi mudado, temporariamente, da frente para o lado da praça, como uma solução conciliatória, para o momento. A pendência, afinal, foi decidida na Justiça, tendo a Prefeitura de Lages ganhado a causa.

O machismo lageano se estriava, inclusive, para o comportamento mulherengo, frequentador das "casas-de-mulheres-da-vida". Estas formavam um núcleo periférico na cidade e eram dirigidas por respeitadas "donas" de certa idade, que desfrutavam de influência junto aos chefes políticos, não contrariando os interesses dos oligarcas para não verem os seus contrariados. As "Maezinha", "Zefa" de "De Lézia", "Rosa Guampã", "Tereza Bicuda" e outras de menor prestígio, os fazendeiros confiavam seus filhos aos primeiros passos da vida sexual, quando se voltavam das fazendas no inverno, ou das férias escolares. Estas "donas-de-casas" se envolviam na política local — pelo tipo de prestígio que desfrutavam, cobertas pela máquina administrativa e policial — e muitas vezes eram "cabos eleitorais" em pleitos, cujas campanhas se desenvolviam até dentro do território da chamada "zona". O homem lageano era, assim, um frequentador assíduo destes ambientes, sem deixar, entretanto, de comparecer com suas esposas, noivas e namoradas aos clubes sociais — o 19 de junho e o 14 de julho —, frequentados até há algum tempo por facções políticas disputantes, retornando-se ponto de encontro político eleitoral dos graduados partidários, para os aperitivos e confabulações de campanha. O Clube 19 de junho, fundado em 1896, foi o reduto da família Ramos, marcado pelo republicanismo da época, depois como liberalismo e mais tarde como pesadismo. O Clube 14 de julho — aliás fundado no dia 20, según

do informa Danilo Tiago de Castro —, data de 1920, congregava, inicialmente, os opositores da família Ramos, posteriormente, marcaram-lhes as disputas na diretoria entre pessedistas e udenistas.

4. Faz-se, todavia, na teoria do poder na política local, distinção entre "mandonismo" e "coronelismo". QUEIRÓS (22) demonstra que o coronelismo é "a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República", e assinala: "o mandonismo local teve várias formas desde a colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo como relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil". De se compreende-se do pensamento que o aspecto essencial do coronelismo está ligado à possibilidade de barganha e de obtenção do seu voto "como uma posse, que marca os eleitores diante dos seus respectivos chefes, e que provém justamente da multiplicidade de graus da hierarquia".

---

(22) *Op. cit.*, p. 172.

Nos faz crer, a professora de São Paulo, que justamente a dicotomia entre o "mandonista" e o "coronel" — embora ambos estejam ligados à dominação da terra e do latifúndio — é compreendida pela manipulação do voto e do complexo eleitoral, já que o mandonista exercia a força sobre os seus subordinados diretamente, na época colonial e anteriormente à República, quando os eleitores eram os cidadãos de posses, ou seja, votavam, pelas suas rendas anuais, votos estes que se constituíam em um bem de valor conhecido.

A partir de 1891, 9 de janeiro, com a chamada "Lei Saraiva" é que se instituiu no Brasil, praticamente, o processo de eleição direta. Mesmo assim o processo político não modificou a sua mecânica de atuação. Muitas vezes o pequeno chefe político não passa de um cabo eleitoral, o "gobetween" do antigo sistema inglês (23).

Segundo ainda TORRES (24), os traços principais do coronelismo são: atuação reduzida no cenário do governo local; seu habitat são os municípios do interior, comunas rurais, ou predominantemente rural; seu sistema é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas; ao progresso da indústria, do comércio e a todos os tipos de mudanças. O isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

(23) Cf. SCOTT, James C., Corrupção Eleitoral. O Aparecimento das Máquinas Políticas, in Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 3, nº 3, set. 1971, p. 37.

(24) TORRES, João Camillo de Oliveira, Estratificação Social no Brasil, DEL, São Paulo, 1965.

Adverte ainda, que seria errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o "coronelismo", que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira República, pois este fenômeno pressupõe, ao contrário do grupo parental, a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação do seu conteúdo residual.

Funciona assim o sistema por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. Entende-se, por conseguinte, que o "coronelismo" é típico do regime republicano, ligado ao sistema político governista. SA (25), citando Eul-Soo Pang, que tratou do tema estudando especificamente o caso da Bahia, informa que o sul-coreano vê o sistema coronelístico em termos de "economia agrária de exportação". Evidente que esta colocação poderá servir para aquele Estado do nordeste, mas não para os casos de coronelismo no sudeste e sul do país.

---

(25) *Op. cit.*, p. 21.

5. A partir de 1901, o governo Campos Sales, inaugura no Brasil a chamada "política dos governadores", também denominada "política dos Estados", expressão esta preferida pelo ex-presidente. A prática visava assegurar ao poder central o monopólio do controle político, através do clientelismo exercido pelas oligarquias estaduais. Assim o presidente da República criava bases incondicionais de apoio à sua administração — ou à sua política —, por intermédio das lideranças locais, à fidelidade ao presidente e a garantia de estabilização das oligarquias dos "coronéis". A oposição — quando existisse — era sufocada, pois "sem a simpatia federal, e, naturalmente, sem apoio local, a oposição é uma atitude e não um fato" (26). No documento conhecido como "Da Propaganda à Presidência", transcrito por Carone, Campos Sales demonstra sua aversão às deliberações políticas coletivas e acelera o mecanismo coronelístico e oligárquico, invocando "a ausência de partidos regulares, nos achamos em pleno estágio da anarquia política". Entendia que a verdadeira força política estadual nas mãos dos chefes locais, estabilizava todas as camadas do segmento político.

Foi a época em que a fraude eleitoral campeou no País, aceita e quase que sugerida pela autoridade constituída. O monopólio do poder regional, exercido através do coronelismo e das oligarquias, excitando a política clientelística, assegurava ao poder central uma enorme parcela de votos nas regiões marginalizadas das decisões políticas. A vitória significava o poder, e a re-

---

(26) CARONE, *op. cit.*, p. 101.

distribuído às elites de mando local.

Com o reconhecimento da nova Câmara e do novo Senado, em 1900 — a despeito dos esforços da dissidência do Partido Republicano Paulista — a fraude eleitoral recebia a sua consagração oficial. Campos Sales, posteriormente, faz a maioria no Congresso. SILVA (27) assinala: "a fraude recebia a sua consagração oficial. Era a consagração imediata das oligarquias estaduais. Instalavam tranquilamente as suas máquinas de fraude, de suborno e de violência os grupos que se haviam apossado dos Estados. O Congresso instalado em 1920 ia iniciar uma era de mentira eleitoral, de inautenticidade de representação que viria a ser o cancro que corroeria as instituições e constituindo a mais séria justificativa da Revolução de 30, que destruiu a República Velha".

Na verdade, como não havia na época um sistema partidário nacional, predominavam as duas grandes correntes compreendidas pelos Republicanos de Minas Gerais e de São Paulo, formando a chamada "política café-com-leite", dominadora da representatividade e definidora das alterações na sucessão presidencial. Os demais Estados, com exceção do Rio Grande do Sul, ficaram subjugados à política anti-democrática de Campos Sales, que conferiu às minorias dominadoras e oligárquicas, poderes discricionários, e por via de regra, fraudulentamente eleitorais.

---

(27) SILVA, Hélio, *História da República Brasileira*, São Paulo, Editora Três, 1975, vol. 2, p. 102.

TORRES (28) assinala, que "assumia a estrutura política anterior a 1930, aspectos de nítida formação feudal", criticando a expressão usada por Vitor Nunes Leal, de "compromisso coronelístico", argumenta que a noção de "compromisso" é essencialmente feudal". Entende que "há uma semelhança evidente entre o coronelismo e o feudalismo", aduzindo, "se no feudalismo a base era fé ou a confiança, também no coronelismo esta era a sua principal fonte de vida".

Entendemos, todavia, que no Brasil não existiu feudalismo, porque aqui, como em outros países da América Latina desde o descobrimento, desenvolveu-se uma economia do tipo capitalista, conforme a idéia de André Gunder Frank, citada por LACLAU (30). Frank sustenta que "a América Latina tem sido capitalista desde a sua verdadeira colonização pelas potências européias do século XVI", e que os latifúndios, sejam em formas de plantações ou fazendas, foram originalmente empresas comerciais tipicamente capitalistas, as quais criaram por si mesmas as instituições que as capacitaram a responder pela demanda crescente nos mercados nacional e internacional, expandindo o agregado de capital, terra e trabalho, com o propósito de incrementar a oferta de seus produtos (31). Sobre os conceitos de feudalismo, veja-se também CARVALHO (32), que distingue a estrutura feudal em por duas características: 1) composição de posição e 2) pela soma das posições do par.

(28) *Op. cit.*, p. 123.

(29) TORRES, *op. cit.*, p. 119.

(30) LACLAU, Ernesto, *Feudalismo y Capitalismo en América Latina*, Barcelona, A. Redondo editor, 1972, p. 6.

(31) *Op. cit.*, p. 8 e 10.

(32) CARVALHO, José Murilo de, *Barbacena: A Família, a Política e Uma Hipótese*, in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Jan. 1966, nº 20, UFMG, p. 160.

6. Todavia, FAORO adverte (33): "A caracterização sociológica do fenômeno coronelista ainda não mereceu tratamento sistemático. Não raro é ele apresentado ilegítimamente como singularidade brasileira. O Poder — continua —, assinalava Hobbes, se exerce de modo original, de homem para homem, ou através de uma estrutura instrumental, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada. Trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índice tradicional. O mecanismo estatal, na percepção do homem do campo, parece, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério das sombras. No máximo, o presidente e o governador compõem e verificam os donos da República ou do Estado, os super-fazendeiros, aqueles que dispõem de tudo, da vida e do patrimônio dos cidadãos".

A dominação clientelista, de relação pessoal, de relação de reciprocidade e de dependência, e como corolário, dessa estrutura vertical (34), é aceitar com conformismo, pois é assim plantada de acordo com a lealdade — às vezes até carregada pela veneração — e respeito. Ainda na expressão de FAORO (35), "o eleitor vota no candidato do coronel, não porque teme a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda".

(33) *Op. cit.*, vol. II, p. 633.

(34) *Classificação de MEDARD, Jean-François, Le Rapport de Clientèle, in Revue Française de Science Politique, fev. 1976, nº 1, vol. 26.*

(35) *Op. cit.*, p. 634.

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA EM SANTA CATARINA (1930/1964)

## 3.1.

ANTECEDENTES

Não se tem a pretensão, neste capítulo, de abordar todos os aspectos da política catarinense durante o período mencionado, mesmo porque, se estaria fugindo às limitações a que o trabalho se destina, como também, por mais completa que fosse a abordagem, ela ficaria desvinculada da orientação metodológica.

Trataremos, possivelmente, dos acontecimentos mais destacados da atividade política desenvolvida no Estado, com reflexos mais diretos na área em estudo, ou seja, o município de Lages.

\* \* \*

Como se sabe, com o advento da República ficou consagrado no país o princípio do federalismo, que possibilitou maior autonomia aos governos estaduais. Os de economia exportadora percebiam a receita de suas produções, ao passo que as forças policiais, organizadas pelos governadores, ou pelo sistema político que os apoiava, se transformavam em pequenos exércitos, que por sua vez, possibilitavam o controle político.

A política nacional era manipulada pelo eixo São Paulo-Minas Gerais-Rio Grande do Sul. Os demais Estados tinham pouca ou nenhuma influência nas decisões. Santa Catarina

era dominada pelo Partido Republicano e incipientemente por adeptos da facção federalista. Em 1900, Hércílio Luz chefia a dissidência republicana e se inimiza com a família Ramos, de Lages, reconciliando-se, mais tarde, com a indicação de Vidal José de Oliveira Ramos para a vice-governança do Estado na chapa de Laurício Müller. Em seguida, os partidos republicanos e federalistas se unem pacificando a política catarinense. Em 1918 novamente Hércílio Luz dissente do seu partido, ocorrendo ruptura com a serrara principalmente com a família Ramos. Para fazer oposição ao hercílioismo, em 1922 Nereu Ramos funda o movimento denominado "Reação Republicana", segundo afirma Osvaldo Cabral. Colheu-se, entretanto, que este movimento político, de proporção estadual, foi comandado pelo seu pai Vidal José de Oliveira Ramos e seu tio Belisário. Nereu teria tido participação efetiva na chamada "Aliança Liberal", em 1929, sintonizado com as posições dos presidentes dos governos de Minas, Paraíba e da união dos partidos políticos gaúchos — o Republicano e o Federalista —, contra a imposição do Presidente Washington Luiz, ao impor as candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares para concorrer à eleição de presidente e vice-presidente da Nação.

Em 1929 presidia Santa Catarina Adolfo Konder, tendo como vice, o médico lageano Walmor Ribeiro, expoentes do Partido Republicano. Victor Konder era Ministro da Viação em nome de Washington Luiz, Edmundo da Luz Pinto, líder da bancada catarinense na Câmara Federal; Marcos Konder, líder dos republicanos na Assembléia Legislativa; que era presidida pelo seu correligionário Dr. Bulcão Vianna. Pereira e Oliveira representava o P.R.C. no Senado. O coronel Marcos Konder era prefeito (superintendente)

de Itajaí e Irineu Bornhausen presidiã a Câmara de Vereadores (Conselho Municipal).

Em Lages, o republicano Caetano Vieira da Costa comandava a Prefeitura.

A campanha para a eleição presidencial envolvia o preenchimento das vagas para o Senado da República e para a Câmara Federal na eleição de 19 de março de 1.930.

Em Lages a família Ramos (Vidal, Belisário, Nereu e Aristiliano) estava engajada na Aliança Liberal. Precedida pela eleição, verificaram-se os seguintes resultados: Júlio Prestes, 1.943 votos; Getúlio Vargas, 1.928. Para vice-presidente da República, Vital Soares, 1.948; João Pessoa, 1.925. Para o Senado, Pereira e Oliveira, 1.886 votos; Henrique Rupp (aliancista), 1.920. Para a Câmara Federal, Walmor Ribeiro, 3.905 e Nereu Ramos, 5.738. Henrique Rupp não logrou sua eleição porque os votos de José Arthur Boiteux foram desviados para os senadores Pereira e Oliveira. Nereu Ramos foi eleito na contagem geral, pois disputava a cadeira da minoria. Entre os candidatos da Aliança para o cenário federal, Nereu Ramos foi o único eleito.

O movimento político de 1930 provocou modificações significativas na estrutura política do Brasil. Nestes anos a história política nacional pode ser dividida em duas fases: de 1930 a 1934, que se caracteriza pela luta entre as oligarquias e o tenentismo, marcada pelas eleições de 1933/1934, e a fase de 1935 a 1937, fixada pelo momento em que as oligarquias, o exército e grupos radicais, como o integralista, se unem para derrotar o movimento de tendência popular instigado por Vargas, que se irá constituir por grupos elitistas, apoiado pela classe média e pelo operariado vinculado.

Do Rio Grande do Sul sobe a coluna revolucionária comandada pelo general Ptolomeu de Assis Brasil, penetrando pelo território catarinense, no sul (Araranguá, Tubarão), em direção à capital. De Lages vem outra coluna, chamada "Frente Única", passando por Bom Retiro, Barracão e estacionando na localidade de Sapê, no continente fronteiriço à ilha, assediando Florianópolis, que era defendida timidamente por vasos de guerra e as forças de terra, comandadas pelo general Nepomuceno Costa, Fúlvio Aducci, Adolfo Konder, Lopes Vieira e outros "legalistas"; ao sentirem a vitória do movimento revolucionário, tomam o vapor "Ana", da firma Hoepcke, que segue para o Rio de Janeiro, com o vapor pelos vasos de guerra que se encontravam ancorados nas duas baías da ilha. A capital de Santa Catarina cai nas mãos dos revolucionários às 20 horas do dia 29 de outubro de 1930 (1).

(1) Cf. CABRAL, *op. cit.*, p. 327.

Vitorioso o movimento, assume o governo do Estado o general revolucionário Ptolomeu de Assis Brasil nomeado Interventor. Em outubro de 1932, toma posse o segundo Interventor Major Rui Zubaran, parente do general Ptolomeu, que permaneceu alguns meses. À 8 de março de 1933 é nomeado o então Secretário de Estado Manoel Pedro da Silveira, que em seguida passa a Interventoria ao "coronel" Aristiliano Ramos. Alguns autores informam que a permanência de Aristiliano Ramos na Interventoria fixou-se até 31 de dezembro de 1934. Entretanto, segundo os jornais da época ele teria permanecido até fins de abril de 1935, conforme já foi salientado anteriormente. SOUZA (2) também esclarece que o Major Rui Zubaran (e não Zobarán) não dirigiu as eleições em Santa Catarina, e que foi removido do cargo por pressão de Flores da Cunha, chegando a ameaçar de rompimento com o governo central se ele não saísse. Esta pressão, segundo colhemos, partiu do próprio "coronel" Aristiliano, que era grande amigo de Flores da Cunha.

Depois de 1930 duas correntes políticas disputavam o poder no Estado, representadas pelo Partido Liberal Catarinense e pela Coligação Republicana, esta formada por elementos do Partido Republicano, liderados por Adolfo Konder, pela "Legião Republicana", tendo como figuras expressivas, entre outras, Renato de Medeiros Barbosa e Agripa de Castro Faria, e o Partido Evolucionista, comandado por Manoel Pedro da Silveira. A "Coligação Republicana" também era conhecida como "Aliança de Partidos".

---

(2) Op. cit., p. 93.

Estas agremiações unificadas disputam a eleição para a composição da Assembléia Constituinte de 1935 e a bancada catarinense para a Câmara Federal. Os senadores foram eleitos, indiretamente, pela Assembléia Constituinte.

### 3.3

#### A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Por força constitucional, são convocadas eleições em outubro de 1934 para a Assembléia Constituinte, que iria, inclusive, eleger o governador do Estado. Duas composições políticas, o Partido Liberal Catarinense, sob o comando da família Ramos, e a Coligação Republicana por Santa Catarina, formada pelo Partido Republicano Catarinense, pelo Partido Social-Evolucionista e pela Legião Republicana. O jornal "República", órgão do Partido Liberal Catarinense, cujo diretor era Aderbal Ramos da Silva, denominava a "Coligação Republicana", como "mixed pickles".

O resultado das eleições mostra a vitória do Partido Liberal, que elege 17 deputados contra 14 da Coligação, sendo 4 deputados federais contra 2 da oposição. Em sessão realizada a 21 de janeiro de 1935, no Tribunal Regional Eleitoral, o presidente Desembargador Távares Sobrinho, acompanhado do Des. Heráclito Ribeiro, leu o nome dos candidatos eleitos. São proclamados deputados à Assembléia Constituinte pelo Partido Liberal Catarinense: Francisco de Almeida, Tiago de Castro, Olívio Januário de Amorim, Aderbal Ramos da Silva, Álvaro Trindade Cruz, Altamiro Lobo Guimarães, Leonidas Coelho, Benjamim Gallotti Júnior e Pompílio Bento, eleitos pelo quociente partidário eleitoral. Elei

atos em 19.º turno: Celso Fausto de Souza, Rodolfo Vitoria Tietzmann, Ivens Bastos de Araújo, Francisco Barreiros Filho e Brazo Limongi. Eleitos em 29.º turno: Roberto Soares de Oliveira, Emílio Ritzmann e Plácido Olímpio de Oliveira.

Pela "Coligação Republicana" ou "Aliança Republicana Partidos", foi proclamado pelo quociente eleitoral e partidário: Álvaro Monteiro de Barros Catão. Pelo quociente partidário: José Acácio Moreira, Heriberto Hülse, João de Oliveira, José Severiano Maia, Marcos Konder, Cid Campos, Arthur Ferreira da Costa, Cid Gonzaga, Henrique Voigth, Renato de Medeiros Barbosa, João Gualberto Bittencourt e Agripa de Castro Faria (os dados foram publicados no jornal "A República" de 22 de janeiro de 1935).

Aristiliano e Nereu, que habitavam a agremiação liberal (sendo Nereu presidente do Diretório Regional), disputaram o cargo de governador na eleição da Assembléia Constituinte. Dia 29 de abril de 1935, o jornal "O Estado" (dirigido então por Altino Flores), ligado aos republicanos, publicou telegrama do Rio de Janeiro, onde o Superior Tribunal Eleitoral autorizava a convocação da Assembléia. Flores da Cunha ainda era o grande trunfo para Aristiliano permanecer no poder.

A disputa entre os primos lágeanos fez com que houvesse divisão na recente bancada eleita do Partido Liberal e desuniu a da "Coligação Republicana". Falava-se, à época, em deputados "nereistas" ou "nereusistas" e "aristilianistas".

Ainda a 29 de abril de 1935, "O Estado" divulgou nota ao público de apoio à candidatura de Aristiliano, assinada

pelos chefes republicanos Henrique Rupp Júnior e Plácido Olímpio de Oliveira, dissidentes do Partido Liberal. Já no dia 27 do mês em que o jornal estampava o texto do telegrama de Getúlio Vargas a Aristiliano: "Rio - Palácio Rio Negro. 26 - Cel. Aristiliano Ramos. Resposta telegrama hoje, informo-vos carta de Maciel Júnior sobre candidatura conciliação cargo governador desse Estado em que são referidos vosso nome e do dr. Álvaro Catão têm meu apoio. Cds. Sds. Getúlio Vargas". O Interventor como cortina de fumaça, havia lançado o nome de Álvaro Catão. "A Gazeta, de 10 de abril daquele ano informa: "... em parte o entendimento havido entre o coronel Aristiliano Ramos, interventor federal e o sr. dr. Nereu Ramos, presidente do Diretório Central do PLC, resolveram dirigir um telegrama ao presidente Getúlio Vargas depondo em suas mãos a escolha do candidato à presidência constitucional. O telegrama continua a notícia — foi subscrito pelos seguintes membros do Diretório: Antônio Lúcio, suplente do cel. Aristiliano, coronel Fontoura Borges, Plácido Olímpio de Oliveira, cel. Francisco de Almeida ("O excitador do caso"), cel. Jacob Schmidt, cel. Graciliano de Almeida, cel. Braziliano Camargo e cel. Augusto Stephanes".

Trinta e cinco diretórios do PLC aprovaram o telegrama e dois desaprovaram. Este foi chamado o "telegrama dos coronéis", porque somente dois dos signatários não eram titulados pela Guarda Nacional "... e o dr. Plácido Olímpio comentava Jaime Calhado — que não há dúvida, vai bancar o coronel nessa embrulhada toda". Informa ainda a notícia que o entendimento de Nereu e Aristiliano era o seguinte: "... ambos esses chefes, somente depois de proceder em definitivo a parte eleitoral da campanha, procurariam resolver, de comum acordo, a escolha do candidato à presidência constitucional, e, só então, caso não fosse possível...

esse entendimento, entregariam a solução ao alto critério do Sr. Getúlio Vargas". Nereu dispunha de 12 deputados e tratou logo de completar o quorum de 18 parlamentares para se eleger. A 18 de abril, após ter chegado do Rio de Janeiro, com grande recepção, é lançada a candidatura de Nereu Ramos por Ivens Araújo. O diretório central do Partido Liberal Catarinense, a 25 de abril, indica oficialmente o candidato. No dia seguinte, Adolfo Konder e Álvaro Catão "visitam" o interventor em Palácio. No dia 27, o Partido Social Evolucionista lança manifesto assinado por Manoel Pedro da Silveira dando as razões do seu apoio à candidatura de Nereu. Neste mesmo dia Nereu encontrava-se em sua residência (onde funciona a Biblioteca Pública do Estado), em Florianópolis, à Rua Visconde de Ouro Preto, com 16 deputados. Noticiava "O Estado" que "correu a notícia de que a casa de Nereu Ramos estava na iminência de ser assaltada". O candidato, por medida de segurança, transferiu-se para o Quartel da Guarnição Federal. No dia 30, o Supremo Tribunal Eleitoral concedeu por unanimidade habeas corpus com garantia da Força Federal aos deputados do Partido Liberal que se encontravam asilados no quartel do 149.º BG.

Na sessão de instalação da Assembléia Constituinte de 29 de abril faltou quorum, para que se procedesse à eleição indireta de governador e senadores, mas os deputados aristilianistas tomaram posse. A 30 compareceu o próprio interventor ("O Estado" de 30 de abril de 1935) que sentou-se ao lado do presidente da sessão, Desembargador Tavares da Cunha Melo, ao seu lado o Dr. José da Costa Moelmann, Secretário da Fazenda, Gustavo Toledo Piza, presidente da Corte de Apelação e o coronel Fontoura Borges do Amaral, Secretário do Interior. A nova sessão marcada para o dia 30 não se realizou porque nenhum deputado compareceu.

Dia 19 de maio de 1935, "Garantidos pela Força Federal, em virtude do cumprimento da ordem de habeas corpus concedida pelo Superior Tribunal Eleitoral, — historiava "A Gazeta" de 2 de junho de 1935 — saíram do Quartel do 149.º Batalhão de Caçadores, onde estavam asilados os dezesseis deputados "nereistas", para, assim, amparados poderem exercer livremente o direito do voto que o povo lhes outorgara em pleitos magníficos. A distin-

ta oficialidade — continua — do 14º BC destacada para esse serviço, bem como os seus comandados, desempenharam-se da incumbência com admirável acerto, causando ótima impressão. Enquanto isto se passava, os deputados republicanos-legionários-aristilianistas, resolviam não comparecer à Assembléa Legislativa, havendo neste momento séria discordância do ponto de vista determinado pelos chefes políticos daquela aliança. Pouco antes das 13 horas entrava no Palácio da Assembléa o dr. Arthur Ferreira da Costa, deputado eleito. Em seguida dava entrada no recinto o deputado dr. Agripa de Castro Faria. Às 13,40 horas foi aberta a sessão pelo sr. presidente des. Tavares Sobrinho, que depois de receber os diplomas dos deputados presentes, mandou o constituinte dr. Arthur Costa ler o compromisso legal, tendo aos seus pares declarado: "Assim o prometo". Estavam presentes à sessão os deputados estaduais: José Severiano Maia, Emílio Ritzmann, Pompílio Pereira Bento, dr. Sylvio Ferraro, prof. Francisco Barreiros Filho, prof.<sup>a</sup> Antonieta de Barros, Altamiro Lobo Guimarães, Francisco de Almeida, dr. Aderbal Ramos da Silva, Olívio Januário de Amorim, Celso Fausto de Souza, Roberto Soares de Oliveira, Rodolfo Tietzmann, cel. Benjamim Gallotti Júnior, drs. Renato de Medeiros Barbosa, Ivens de Araújo, Arthur Costa e Agripa de Castro Faria".

Secretariaram a Mesa os deputados Arthur Costa e Antonieta de Barros. Segundo ainda o citado jornal, "as galerias estavam repletas de autoridades civis e militares... Notamos também — assinala — a presença de representantes de s. excia. o Arcebispo Metropolitano e da imprensa local. A Força Federal

foi retirada do recinto, distanciando-se do edifício da Assembleia, antes do início da sessão. Foi eleito por 18 votos, para a presidência do Poder, Altamiro Lobo Guimarães. Da mesma forma foram eleitos vice-presidente, 19 e 29 secretários, respectivamente José Severiano Maia, Francisco Barreiros Filho e Sylvio Ferraro".

Procedeu-se, depois, a eleição para governador, em cumprimento ao dispositivo constitucional e dos dois senadores. Para o senado, Cândido de Oliveira Ramos teve 18 votos e Arthur Ferreira da Costa 17. Este, da "Coligação Republicana", declarou: "que bem compreendi não ter sido eleito naquela oportunidade com votos de seu partido, porque não estranhava porque o seu nome já tinha sido preterido e agora preferido por todos os partidos, na renovação de Itapocú". Disse "que votaria em um candidato do seu partido para governador do Estado, mesmo que fosse de cultura secundária ao do candidato adversário, mas que o indicado pertencesse à Coligação Republicana". "Uma vez — ressaltava — que aos seus companheiros fora concedido o direito de buscar um nome, fora da agremiação partidária apesar do seu partido contar em abundância com elementos de real valor, a elemtina que ser concedido o mesmo direito. De posse desse direito não teve a mínima vacilação, o nome de Nereu Ramos devia ser o preferido, por razões de sobra" (3). Eleito Nereu Ramos foi introduzido no recinto sob calorosa ovação e tomou o compromisso legal. Em seguida, a íntegra das atas oficiais de instalação e

(3) "A Gazeta", edição de 2/5/1935.

das eleições verificadas na Assembléia Constituinte de 1935, de acordo com os "Anais" da Casa:

"Ata da instalação da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina.

"Aos vinte e nove dias do mês de Abril de mil novecentos e trinta e cinco, às (13) treze horas, presentes, no edifício do antigo Congresso Legislativo, os srs. deputados eleitos: Acácio Moreira, Aderbal Silva, Agripa Faria, Altamiro Guimarães, Antonieta de Barros, Barreiros-Filho, Braz Limongi, Álvaro Catão, Celso Fausto, Cid Campos, Cid Gonzaga, Domingos Rocha, Emílio Ritzmann, Francisco de Almeida, Gallotti Júnior, Heriberto Hülse, Henrique Voigt, Ivens de Araújo, João Gualberto, João de Oliveira, Marcos Konder, Olívio Amorim, Plácido Olímpio, Pompílio Bento, Rodolfo Tietzmann, Renato Barbosa, Roberto de Oliveira, Severiano Maia, Silvio Ferraro, Tiago de Castro e Trindade Cruz, que esta assinam, devidamente convocados por edital publicado no DIÁRIO OFICIAL, compareceram Desembargadores Francisco Tavares da Cunha Mélo Sobrinho, na qualidade de PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL, nos termos do art. 39, §. 5º, das "Disposições Transitórias" da Constituição Federal, e declarou solenemente instalada a ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, a quem deverá obedecer dentro do prazo estabelecido no referido artigo 39, e elaborar a lei básica do nosso Estado. Depois de breves palavras acerca dos trabalhos, que iriam ser iniciados, o sr. Desembargador presidente convida a todos os representantes eleitos para comparecerem no dia imediato, às 13 horas, afim de exibirem os respectivos di-

diplomas e procederem a eleição da Mesa que deverá dirigir os trabalhos da Assembléia. Em pára constar, lavrei esta na qualidade de Diretor da Secretaria da Assembléia, que assino com o sr. desembargador presidente e demais deputados presentes.

Assinados: Francisco Tavares da Cunha Mélo Sobrinho

Luiz Osvaldo Ferreira de Mélo, Diretor da Secretaria da Assembléia

(Seguem-se as assinaturas dos srs. deputados)."

\* \* \* \* \*

"Ata negativa do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral no Estado de Santa Catarina.

"Aos trinta dias do mês de Abril de mil novecentos e trinta e cinco, às treze horas, presente o sr. desembargador FRANCISCO TAVARES DA CUNHA MÉLO SOBRINHO, presidente do TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL, foi pelo mesmo declarado não haver sessão por motivo de não se acharem presentes nenhum dos srs. deputados eleitos, marcando para o dia seguinte, às mesmas horas e no mesmo local, a sessão para eleição da Mesa, a fim de que para constar lavro esta ata, que vai assinada pelo sr. desembargador presidente e por mim, LUIZ OSVALDO FERREIRA DE MÉLO, diretor da Assembléia, servindo de Secretário.

Assinados: Francisco Tavares da Cunha Mélo Sobrinho, Presidente.

Luiz Osvaldo Ferreira de Mélo, servindo de Secretário".

"Ata da 1.ª Sessão ordinária da Assembléia Constituinte.

"A primeiro de Maio de 1935, nestasala da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina, reunidos e adiante indicados, assumiu a presidência o sr. Desembargador Francisco Tavares da Cunha Mélo Sobrinho, Presidente do Tribunal Regional, o qual declarou que se ia proceder a segunda sessão preparatória e convidava os srs. deputados Artur Ferreira da Costa e Antonieta de Barros para servirem, respectivamente, de 1.º e 2.º secretários. Constituída, assim, a Mesa Provisória, o Presidente mandou ler a ata da sessão anterior e convidou os srs. deputados presentes a enviarem à Mesa os seus diplomas, atendo, e antes, de feito retirar a fôrça federal, quer do recinto, quer do prédio, para que ficasse a uma distância maior de cem metros. Verificando o sr. Presidente, pelos diplomas enviados à Mesa e achados legítimos, que havia número para eleição da Mesa, anunciou que se ia proceder a essa eleição, na forma prevista no Regimento Interno que vigorava na Assembléia dissolvida em Outubro de 1930. Verificando estarem presentes os srs. deputados em número de 18, convidou o sr. Presidente os srs. Membros do Congresso a contraírem o compromisso legal, o que foi feito levantando-se e o mesmo fazendo todos que se achavam na sala, proferindo a seguinte afirmação: "Por minha honra e pela Pátria prometo solenemente preencher, com toda a exatidão e escrupulô, os deveres inerentes ao cargo de Deputado; envidando o mesmo empenho quanto em mim couber para bem do Estado e dos meus concidadãos" e, mandando fazer a chamada, cada um dos srs. deputados, começando pelos outros membros da Mesa, disse, à proporção que foi proferido o seu nome: "Assim

prometo". Convidou, então, os srs. deputados a procederem a eleição para Presidente da Assembléa Constituinte, a qual foi feita por escrutínio secreto, recebendo o sr. Presidente uma sobrecarta devidamente rubricada, com os dizeres "para Presidente da Assembléa Constituinte", recolhia-se à cabine indevassável e logo mandou o Regimento do antigo Congresso e o código eleitoral e viu-a depositar a cédula na urna colocada sobre a mesa, devidamente fechada, tendo sido previamente aberta e mostrada aos presentes para que se constasse nada conter. Convidou o Presidente para escrutinadores os srs. deputados Benjamim Gallotti Junior e Agripã de Castro Faria. Mandou o sr. Presidente que o 1º Secretário contasse as cédulas depositadas na urna, o que foi feito verificando a existência de 18 cédulas, número correspondente aos dos srs. deputados presentes. Procedeu-se, em seguida, à apuração, que teve o seguinte resultado: "Altamiro Lobo Guimarães, dezoito votos". O sr. Presidente proclamou, então, Presidente da Assembléa Constituinte o sr. deputado ALTAMIRO LOBO GUIMARÃES. Em seguida e com as mesmas formalidades legais, procederam-se à eleição e apuração de votos, sucessivamente, para o Vice-presidente da Assembléa e para primeiro e segundo secretários, obtendo, respectivamente, dezoito votos os srs. Deputados JOSÉ SEVERIANO MAIA, FRANCISCO BARREIROS FILHO e SILVIO FERRARO, havendo o sr. Presidente, finda cada apuração, proclamado Vice-Presidente o sr. JOSÉ SEVERIANO MAIA, primeiro secretário o sr. FRANCISCO BARREIROS FILHO e segundo secretário o sr. SILVIO FERRARO. Terminadas as apurações e proclamações declarou o sr. Presidente da Mesa Provisória que, havendo terminado a sua missão, deixava a Presidência, convidando a Mesa eleita para assumir os seus cargos. O sr. Deputado Artur Ferreira da Costa propôs uma homenagem à Jus-

Justiça Eleitoral e, em particular, ao sr. Desembargador FRANCISCO  
 TAVARES DA CUNHA MÊLO SOBRINHO, justificando-a com altos concei-  
 tos, a qual foi aprovada sob aclamações. Não houve protestos nem  
 reclamação alguma. Foram fielmente observados os dispositivos do  
 Regimento do Congresso e das Instruções baixadas pelo Superior  
 Tribunal Eleitoral. Empossada a Mesa, passou a Assembléia Cons-  
 tituinte a funcionar com seu antigo Regimento, processando a elei-  
 ção de Governador, observando-se rigorosamente os dispositivos  
 do Regimento Interno do antigo Congresso Representativo e do arti-  
 gulo cincoenta e dois, parágrafo terceiro da CONSTITUIÇÃO FEDER-  
 AL, precedendo-se a eleição por escrutínio secreto, como deter-  
 minam o citado Regimento e as Instruções baixadas pelo Tribunal  
 Superior de Justiça Eleitoral. Procedida a respectiva apuração,  
 foram eleitos Governador, com dezoito votos, o doutor NERÉU DE  
 OLIVEIRA RAMOS e representantes do Estado no SENADO FEDERAL os  
 doutores CANDIDO DE OLIVEIRA RAMOS e ARTUR FERREIRA DA COSTA, ob-  
 tendo o primeiro dezoito votos e o segundo dezeseite votos, obten-  
 do também um voto para o sr. dr. Adolfo Konder, sendo o resulta-  
 do proclamado pelo sr. Presidente. Estando presente o sr. doutor  
 NERÉU DE OLIVEIRA RAMOS, convidou-o o sr. Presidente a prestar o  
 compromisso constitucional, o que foi feito estando de pé a to-  
 dos os presentes. Usaram da palavra os srs. deputados Artur Fer-  
 reira da Costa e Ivens de Araújo. Não houve reclamação nem incin-  
 dente algum. O sr. Presidente mandou que se tirasse dois extra-  
 tos desta ata para serem entregues, como diploma, aos senadores  
 federais eleitos. Nada mais havendo a tratar, levantou o sr.  
 Presidente a sessão, sendo redigida a presente por mim, 2º secre-  
 tário, que a assino, com os demais membros da Mesa, depois de li-

da e aprovada.

Assinados: Altamiro Lobo Guimarães.

José Severiano Maia

Francisco Barreiros Filho

Silvio Ferrare

Benjamim Gallotti Junior

Aderbal Ramos da Silva

Rodolfo Vitor Tietzmann

Antonieta de Barros

Olivio Januário de Amorim

Artur Ferreira da Costa

Celso Fausto de Souza

Francisco de Almeida

Emílio Ritzmann

Renato de Medeiros Barbosa

Agripa de Castro Faria

Roberto Soares de Oliveirã

Pompilio Pereira Bento

Ivens Bastos de Araújo"

\* \* \*

"Resumo da 2a. sessão da Assembléia Constituinte, em 3 de maio de 1935."

PRESIDENCIA: - Sr. Altamiro Guimarães

SECRETÁRIOS: - Srs. Barreiros Filho e Silvio Ferrare

Às treze horas do dia 3 de maio de mil novecentos e trinta e cinco, no Palácio da Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os srs. Altamiro Guimarães, Severiano Maia, Barreiros Filho, Silvio Ferraro, Aderbal Silva, Antonieta de Barros, Agripa Faria, Celso Fausto de Souza, Emilio Ritzmann, Francisco de Almeida, Gallotti Junior, Ivens de Araújo, Olivio Amorim, Pompilio Bento, Rodolfo Tietzmann e Renato Barbosa, abre-se a sessão.

É lida e sem debate aprovada a ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE: - Passa-se ao expediente.

O SR. SECRETÁRIO-lê o expediente, que consistiu de vários telegramas e ofícios de agradecimentos à comunicação da instalação dos trabalhos da Assembléa Constituinte.

Em seguida prestaram compromisso os srs. Plácido Olimpio de Oliveira, Trindade Cruz, Braz Limongi, Marcos Konder, Acácio Moreira, Cid Campos, Domingos Rochá, Henrique Voigt, Heriberto Hülse, João Gualberto e João de Oliveirã.

O sr. Plácido Olimpio pede a palavra declarando o seguinte: "Sr. Presidente: Tendo sido averbada a ilegitimidade da Mesa em recurso interpôsto para o Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, solicito de v. Excia. a façal constar da ata que prestamos o compromisso legal perante ela por se estar investida de toda aparência de legalidade."

O sr. Trindade Cruz secundou o protesto do sr. Plácido Olimpio.

O sr. Marcos Konder pede a palavra e pronuncia breve discurso, dizendo que a ala da minoria sob a sua chefia

deixava de parte os ressentimentos partidários e as questões pessoais, para unicamente prestar sua sincera colaboração na feitura da Carta Magna do Estado.

Pede a palavra o sr. Ivens de Araújo, que em nome de seus colegas disse da satisfação com que a maioria recebia o firme propósito da minoria em colaborar na organização da Constituição do Estado.

Com a palavra, o sr. Cid Campos pede seja introduzido no recinto da Assembléia o sr. deputado Tiago de Castro.

O sr. Presidente nomeia uma comissão composta dos srs. Cid Campos, Ivens de Araújo e Marcos Konder para introduzi-lo no recinto. O sr. Tiago de Castro, depois de se prestar compromisso, declara secundar os protestos formulados pelo sr. Plácido Olímpio.

O sr. Presidente convidou a todos os deputados presentes para comparecerem à recepção em Palacio do sr. Governador do Estado, marcando para amanhã, as treze horas, nova reunião, com a seguinte ordem de dia: — "Eleição à comissão organizadora do Regimento Interno".

\* \* \*

Após a eleição de Nereu, Aristiliano, que estava hospedado na residência do cirurgião dentista Antenor Moraes, "foi saudado em nome do povo por Flávio Bortoluzzi e ainda pelos

(4) Anais da Assembléia Constituinte — Sessões de 29 de Abril a 25 de Agosto de 1935, p. 7 a 11.

discursos do coronel José Eugênio Müller, deputado Álvaro Catão e Trindade Cruz", segundo informava edição de 3 de maio daquele ano de "O Estado".

A oposição recorre judicialmente contra a eleição do tribuno lageano. O documento é assinado pelos deputados Manoel Tiago de Castro, Álvaro Catão, Trindade Cruz e João Barro de Oliveira, Braz Limongi, João Gualberto, Heriberto Hülse, José Acácio Moreira, Plácido de Oliveira, Cid Campos, Domingos Rocha, Marcos Konder e Henrique Voigt. Argumentavam os parlamentares no remédio legal que os deputados Aderbal Ramos da Silva, Benjamim Gallotti, Antonieta de Barros e Pompílio Bento, respectivamente, fiscal federal, prefeito de Tijuca, professora da Escola Normal e agente do Lloyd, não podiam participar das deliberações da Constituinte, porque o art. 32, nº 2 da Constituição Federal, estabelecia que: "nenhum deputado, desde a expedição do diploma, poderá exercer o cargo, comissão ou emprego público remunerado". Saliavam ainda os recorrentes que ficaram coagidos e não tomaram parte na sessão de eleição do novo governador, porque não conseguiram atravessar as linhas estendidas pelas tropas federais que cercavam toda a passagem e ingresso ao edifício da Assembléia Constituinte, impedindo o trânsito dos próprios deputados. Pediam que o Tribunal recêbesse o recurso nos efeitos suspensivo e impugnavam, inclusive, a eleição do governador e senadores. O recurso não foi provido.

Agita-se novamente a política catarinense com a entrevista concedida pelo ex-interventor Aristiliano Ramos ao "Diário de Notícias" de Porto Alegre, em maio de 1935.

Na sessão da Assembléia Constituinte des31rida4 quele mês, o deputado Renato Barbosa pede a palavra para uma explicação pessoal (5): "Peço a palavra, sr. Presidente, para uma explicação pessoal, rigorosamente enquadrado no preceito regimental que a tanto me permite, para lançar o meu veemente protesto do alto desta tribuna, e com a autoridade que me assiste de mandatário da soberania popular, contra a capciosa, a inêxata entrevista concedida pelo sr. cel. Aristiliano Ramos, ex-interventor federal neste Estado, — entrevista essa concedida ao importante matutino que é o "Diário de Notícias", de Porto Alegre, e em a qual se veiculam, com as tintas anônimas do vox-populi, a miséria e a infâmia de que eu e os meus nobres colegas, srs. deputados Severiano Maia e Silvino Ferraro, vendemos os nossos votos ao Tesouro de São Paulo, no caso recente da sucessão governamental". E prossegue: "Isto é uma miséria, sr. Presidente, miséria esta de grande, infâmia de tão imensas proporções, que passam as fronteiras do ataque pessoal; que vão muito além do insulto, jogado na face desta casa, para se transformarem num processo sombrio e perqueno de uma intriga insequente, na ingênua persuasão de, se estabelecer um caso político, entre Rio Grande e Santa Catarina, na doentia esperança do fracassado, do naufrago político que é o ex-interventor federal, de conseguir que o ilustre general Flor

(5) Anais, p. 96/101.

res. da Cunha toque reunirse seus granadeiros e de suas milícias e caválhadas, para alterar a activa solução constitucional de nossa terra, em despreço dos afors de cultura cívica do Brasil (pálmis)." Depois de trocar alguns apartes com os deputados Triaçã de Castro, João de Oliveira, Plácido Olimpio e Rogério Vieira, prosseguiu: "O sr. ex-interventor Aristiliano Ramos, com toda a sua autoridade, acaba de transmitir ao "Diário de Notícias", para vilânia de havermos, eu e os meus nobres colegas, e cel. Severiano Maia e dr. Silvio Ferraro, nos vendido ao dr. Nerêu Ramos, a tãri fados pelos cofres de São Paulo" (...). "A média do sr. cel. Aristiliano Ramos não pega" — enfatiza o deputado Renato Barbosa — sr. Presidente, e a ameaça de caválhadas gaúchas, contra a ordem constitucional de Santa Catarina, jamais logrará ir além do pitoresco dever-de-rideau de uma opereta, de uma patriotada vulgar, alimentada, somente, pelos desvairados heróis de mármore de café e das rodas de aperitivos". — Fazo o deputado elogios, em seguida, a Flores da Cunha e a Armando Sales de Oliveira, e invocando a memória de seu pai, Lidio Barbosa, lança um reptoão denunciante, à bancada da minoria e a todos os detratores e adversários.

As discussões continuaram ainda na sessão do dia 19 de julho, na qual o deputado Renato Barbosa ofereceu ao deputado Plácido Olimpio, procuração para que verificasse, em "qualquer filial, sucursal, ou agência de qualquer Banco, como também em qualquer secção bancária de casas comerciais, da capital ou fora dela, ou de qualquer ponto do interior do Estado, ou qualquer ponto do país, ou fora dele as transações efetuadas pelo outorgante".

O jornal "A Gazeta" da capital, em edição de 31 de maio de 1935, abriu em manchete: "Intriga Torpe Contra: O Espírito de Brasilidade". Em seguida o texto: "O cel. Aristiliano e o Sr. Cláudio vendendo, em entrevistas a imprensa gaúcha a intriga de que os deputados, cel. Severiano Maia, drs. Renato Barbosa e Silvino Ferraro haviam se vendido por dinheiro de São Paulo, demonstrando seu despeito infrene, de combater, insensatamente, o espírito de brasilidade que anima todos nós".

O jornal "O Estado" de 22 de março de 1975, em reportagem de Sérgio da Costa Ramos, sob o título "Aristiliano o último Coronel" ressaltava: "Nereu mandou oferecer mandatos de Senador, cargos e dinheiro a Artur Costa, José Severiano Maia, Agripa de Castro Faria, Domingos Rocha, Celso Fausto, Renato Medeiros Barbosa e Manoel Pedro da Silveira, que aliás não era deputado".

Diante das defecções ocorridas com a eleição do governador, reuniu-se a "Coligação Republicana por Santa Catarina", na sede do Partido Republicano, assentando as seguintes resoluções (6): "1º) cassar o mandato conferido ao Sr. Artur Ferreira da Costa para representar a Coligação junto ao Superior Tribunal; 2º) considerar desligado da Coligação o Partido Socialista Revolucionista por haver traído os compromissos de honra solenemente assumidos; 3º) dirigir-se a todos os diretórios locais, relatando as ocorrências havidas e concitando-os a prosseguir na luta

---

(6) "O Estado", Florianópolis, ed. 11/5/1935

ta pela defesa dos seus ideais dentro da ordem e da lei". Na mesma edição, saía: "Eliminados da Legião Republicana". O Diretorio Central da Legião Republicana comunica o seguinte: "A Legião Republicana ontem reunida resolveu eliminar dos seus quadros partidários, os srs. Agripa Faria e Renato de Medeiros Barbosa, que aderiram aos adversários, traíndo o seu partido". O Partido Republicano divulgava nota: "A comissão diretora do Partido Republicano Catarinense, hoje reunida, resolveu eliminar das suas fileiras, o sr. Arthur Ferreira da Costa, visto se ter aliado aos adversários traíndo a última hora o seu partido".

Realmente, o deputado Arthur Ferreira da Costa, bem como o deputado Agripa de Castro Faria, um dia antes da eleição de Nereu Ramos, dirigiram-se ao Quartel, da Guarnição Militar, no então Campo do Manejo, lá permanecendo até o momento da votação no dia 19 de maio. Arthur Costa foi eleito senador. Cândido de Oliveira Ramos, também foi eleito mas não assumiu. Agripa de Castro Faria, teria votado em Nereu Ramos, por influência e pedido de seu grande amigo — e de sua família — César Ávila, médico. Este — e a informação foi colhida na entrevista que nos concedeu o Dr. Licurgo Costa — devia um grande favor a Nereu Ramos, pois havia prestado concurso na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, logrando passar, classificando-se em primeiro lugar. Todavia, por ser comunista, sua nomeação tornou-se difícil. Nereu, através seu prestígio no Rio de Janeiro, conseguiu a nomeação.

A alusão feita por Aristiliano Ramos quando da eleição de Nereu Ramos pela Constituinte de 1935, de que deputa

dos teriam sido comprados com dinheiro de São Paulo, refere-se à posição de Nereu na Revolução de 1932, quando este ficou com os paulistas, contra Vargas. Suas ligações com São Paulo e seu governante, Armando Sales de Oliveira, foram muito estreitas.

Jaime de Arruda Ramos, em entrevista, nos adianta que "para a Constituinte de 1935 mantiveram-se as divergências partidárias existentes, já com Nereu separado de Aristiliano, uma vez que na revolução paulista de 32, Aristiliano ficou com Getúlio e Nereu com São Paulo". Sobre o rompimento entre os parentes e políticos, acrescentou: "A repercussão do rompimento de Nereu com Aristiliano não foi só local (Iageana), mas influiu no Estado todo. Recordo-me que a facção getulista denominava-se UDB (União Democrática Brasileira)".

## 3.4

A REDEMOCRATIZAÇÃO

Nereu Ramos permanece no governo catarinense até 1945, com a queda do Estado Novo. A 6 de novembro daquele ano é substituído por Luiz Gallotti, que depois entregou o cargo ao novo interventor, Udo Deeke, em fevereiro de 1946.

Já vigoram na época os novos partidos políticos. Nereu foi o criador e comandante do Partido Social Democrático. Os Konder, os Rupp, Bulcão, Viana, Bayer e Bornhausen, na zona litorânea e Vale do Itajaí, lideravam a União Democrática Nacional, como a extensão do hercúlio e do republicanismo, em forma dissidente. Aristiliano, ex-republicano e ex-liberal, torna-se o chefe da UDN nos Campos de Lages, tendo participado da sessão de fundação do Partido, com José Américo de Almeida, Pedro Aleixo, Magalhães Pinto, Milton Campos, Otávio Mangabeira, Virgílio de Melo Franco, Odilon Braga e outros. Segundo o relato de Sérgio da Costa Ramos, "Adolfo Konder, relutantemente, assinou o livro de adesões na fundação da UDN", salientando que em Santa Catarina houve a fixação de um pacto entre os três líderes, Adolfo Konder, Rupp Júnior e Aristiliano Ramos, para que nenhum deles pleiteasse a presidência do partido. Entretanto, Adolfo Konder fez-se presidente, "remetendo Aristiliano a uma posição escaldada, porém dolorida". Saulo Ramos, seu sobrinho — adianta — resolve desagregar o tio fundando o PTB e roubando à UDN os 10 mil votos que separaram o pessedista Aderbal Ramos da Silva do audenista Irineu Bornhausen. De braços cruzados — acrescenta —, "porque

queriam dividir o partido, expurgando os revolucionários de 30", Aristiliano viu, assim, a UDN perder a sua primeira eleição.

O renhido pleito de 1947 deu a vitória a Aderbal Ramos da Silva pela diferença de 14.427 votos. O vitorioso obteve na apuração total 95.740 votos e Bornhausen 81.313 (7). Nos Campos de Lages Aderbal obteve 14.659, contra 7.469 de Irineu. No município de Lages, Aderbal conseguiu 6.072, Aderbal concentrou 1.355 do opositor. (vide tabela no fim do capítulo). Carlos Sada, blumenauense, do Partido Integralista, não concorreu obtendo 2.538 sufrágios.

Na eleição de 1950, Irineu consegue unificar, a UDN e mais o apoio do PTB. Vence o peessedista Udo Deeken que obteve 119.667 contra 147.074. Nereu Ramos, candidato ao senador pelo PSD, surpreendentemente, perde para o trabalhista Carlos Gomes de Oliveira (aliado à UDN), mas ainda consegue uma cadeira na Câmara Federal.

Conforme conta o "coronel" Aristiliano Ramos, ele se desentendeu com Irineu logo após a eleição, por discordar da formação do secretariado. O rompimento consta na entrevista concedida a Sérgio das Costas Ramos, torna-se irreversível quando Irineu Bornhausen indica Jorge Lacerda para sucedê-lo em 1955. Lacerda, apoiado pela Coligação formada pela UDN, PDC, PSP, PRP e PL, bate o candidato da "Aliança Social Trabalhista",

---

(7) Dados do Tribunal Regional Eleitoral.

Francisco Benjamin Gallotti, que tem como candidato a vice-governador o trabalhista José de Miranda Ramos. Heriberto Hülse é vice de Jorge Lacerda. Os resultados totais somam 172.548 para Lacerda, 169.412 para Gallotti, 171.072 para Hülse e 170.520 para Miranda Ramos. Note-se a votação deste último com a do seu companheiro de chapa.

Segundo o ex-deputado estadual Armando Calil Bulos, uma cisão trabalhista votou em Jorge Lacerda. Pelo acordo os perrepistas votariam no candidato a vice-governador, José de Miranda Ramos, o que na verdade teria ocorrido, pois seu companheiro de chapa de Lacerda, Heriberto Hülse, foi derrotado, na eleição principal, sendo que foram anulados os votos de 19 urnas das comarcas de Canoinhas, Curitiba, Itapiranga, Mondai, Palthoça, Palmitos, Papanduvã e Tangará, vencendo Hülse, na reeleição, por 552 votos.

A 16 de junho de 1958, o Senador Nereu Ramos, o deputado federal Leoberto Leal e o então governador Jorge Lacerda, embarcam de Florianópolis para o Rio de Janeiro no "Convair" prefixo PP-CEP vindo de Porto Alegre, com destino a Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao aproximar-se do aeroporto da capital paranaense, — segundo nota oficial da Companhia TAC — "Cruzeiro do Sul", publicada no jornal "O Estado", de 17 daquele mês e ano — "o avião sofreu uma pane nos seus dois motores, ficando sem controle ao solo, espatifando-se, resultando na perda total de sua tripulação e a morte de mais de 15 passageiros", inclusive os dos citados políticos catarinenses.

No dia anterior à viagem, Nereu Ramos presidiu a Convenção do PSD, realizada no Cine Ritz, onde havia acertado a união dos dissidentes pessedistas Leoberto Leal e Osmar Cunha, tendo em vista a retomada do governo estadual na eleição que iria se ferir em 1960.

Nas eleições de 3 de outubro de 1958, Celso Ramos candidata-se ao Senado da República, pelo PSD. Irineu Bor-nhausen defende a legenda udenista e vence o pleito. Para a Câmara Federal, Aristiliano Ramos, já aos 71 anos de idade, concorre

pelo PSD. (mas sempre declarando-se udenista) pois na serra ocorreram desentendimentos no seio da UDN, conseguindo a 3ª suplência, obtendo 13.780 votos.

Em março de 1959, dir-se-ia, acontece a redenção do PSD. Celso Ramos e Aderbal Ramos da Silva detêm o comando partidário. O pleito para o governo do estado acontecerá em 3 de outubro de 1960. Celso assessora-se de uma equipe de técnicos e políticos, liderados por Alcides Abreu e Wilmar Dias, surgindo a chamada "Declaração de Blumenau", em 6 de março de 1959, documento que praticamente lança a candidatura de Celso Ramos ao governo catarinense.

Celso disputará com Irineu Bornhausen (Aristiliano, na serra, apoia o primo, dentro das hostes udenistas) no governo. Todavia, o pleito dependerá do "fiel da balança", o Partido Trabalhista Brasileiro, liderado então pelo carioca Armino Marcílio Doutel de Andrade, que havia desbancado os comandos trabalhistas de Carlos Gomes de Oliveira e Saulo Ramos. Funciona novamente a "Aliança Social Trabalhista" com a chapa Celso - Doutel (este tido como o grande orador da campanha) e a dissidência trabalhista forma a dupla Irineu-Carlos Gomes. Martinho Callaso Júnior corre por fora, pelo Partido Democrata Cristão, como manobra hábil do pessedismo, a fim de que não houvesse mais aderências à chapa udenista - trabalhista dissidente. Os resultados (dados do TRE) apontam: Celso Ramos, 261.752 votos; Irineu Bornhausen, 241.724 votos; Doutel de Andrade, 238.664 votos; Carlos Gomes de Oliveira, 215.594 votos e Martinho Callado Júnior, 16.105 votos.

O governo Celso Ramos, efetivamente, proporcionou um grande impulso ao progresso do Estado: predominaram os tecnocratas sobre os políticos. Para a sua sucessão, Celso tinha preferência pelo nome de Alcides Abreu como candidato. O denominado "grupo paraguaio" pessedista, capitaneado por Aderbal Ramos da Silva, um tipo de "coronel" urbano, reagiu e colocou o político Ivo Silveira. Joaquim Ramos teria harmonizado as divergências. Osni de Medeiros Rêgis, ex-prefeito de Lages, ex-deputado estadual e federal, um intelectual de livre trânsito no PSD, foi também cogitado.

Ivo Silveira, político hábil, que fora deputado estadual por várias legislaturas e presidente da Assembléia Legislativa, aglutinador da bancada pessedista, é ungido pela convenção, cuja inultrança, articula, novamente, a "Aliança Social Trabalhista", unindo-o com o petebista Francisco Dalla' ligna na vice-governança. Antonio Carlos Konder Reis, sobrinho de Adolfo Konder e de Irineu Bornhausen, concorre pela UDN e leva como vice o lageano Laerte Vieira, sobrinho de Aristiliano Ramos. A chapada "Aliança" faz 328.480 sufrágios, contra 305.209,0 da oposição. Era o PSD mais uma vez no poder (8).

Ivo Silveira cumpre o seu mandato. A extinção dos partidos políticos em 1966 e a criação da ARENA e do MDB, parece unir, então, udenistas e pessedistas no primeiro, no que na verdade não ocorreu. Nessa amálgama, quem criou os esforços foi a extinta agremiação trabalhista, recebendo contingentes do pessedismo e do udenismo. No interior, com os comandos frouxos, integrantes das majoritárias e tradicionais agremiações extintas não se entendiam. A eleição para o senado em 1974 mostra a vantagem dos emedebistas.

Em 1971 Colombo Machado Salles, um técnico, sem muitas preocupações político-partidárias, é indicado pelo governo federal para a eleição indireta. Cumpre uma boa administração, mas sofre o assédio constante das oligarquias. No ano de 1975, pela mesma via indireta, assume Antonio Carlos Konder Reis. É o retorno das oligarquias ao poder em Santa Catarina.

Desanimado e beirando os noventa anos de idade, o velho "coronel" Aristiliano Ramos, vota com o MDB, ajudando inclusive o sobrinho Laerte Ramos Vieira, e justifica: "Pouco tenho a ver com os partidos de hoje, que não passam de um ajuntamento mal arranjado, com direito à separação de bens. A opinião pública e o interesse coletivo é o que menos conta. O que vale é o interesse de grupo e homens. Nestes partidos, jamais me filiaria. Neles não consigo enxergar qualquer resquício de ideal" (9).

(8) Dados do Tribunal Regional Eleitoral.

(9) Cf. "O Estado" de 23-3-75.

## L A G E S — RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR

A N O S	C A N D I D A T O S				E L E I T O
	L A G E S	CAMPOS DE LAGES	L A G E S	CAMPOS DE LAGÈS	
1947	ADERBAL RAMOS DA SILVA (PSD) 6.072	14.659	IRINEU BORNHAUSEN (UDN) 1.355	7.469	ADERBAL
1950	UDO DEEKE (PSD) 7.983	16.410	IRINEU BORNHAUSEN (UDN) 4.787	13.655	IRINEU
1955	FRANCISCO GALIOTTI (PSD/PTB) 8.425	20.084	JORGE LACERDA (UDN/PDC/PL/PRP) 5.755	17.109	LACERDA
1960	CELSO RAMOS (PSD/PTB) 15.719	16.119	IRINEU BORNHAUSEN 9.327	16.119	CELSO
1965	IVO SILVEIRA 14.404	15.119	A. C. KONDER REIS 8.577	15.119	IVO

— Dados do Tribunal Regional Eleitoral

## CAPÍTULO 4

### A POLÍTICA MUNICIPAL DE PLAGESTIA

#### 4.1. ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

#### 4.2. A FUNDAÇÃO

4.1.

ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

O município de Lages, atualmente, possui uma área de 7.094 km<sup>2</sup>, latitude 27° 48' 57", longitude 50° 19' 30", com altitude de 916 metros acima do nível do mar. O município é populado por 128.728 habitantes, compondo-lhe os seguintes distritos: Bocaina do Sul, Capão Alto, Correia Pinto, Índios, Otacílio Costa, Painei e Palmeira (em 1961 os distritos de Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul e São José do Cerrito ganharam emancipação, sendo transformados em municípios). A sede municipal, a cidade de Lages, nos anos 70 contava com 82.006 habitantes. A densidade demográfica era de 18,15 hab/km<sup>2</sup> (1).

A economia lageana é baseada na pecuária (bovinos, equinos e carnes), na exploração e indústria da madeira e do papel. De acordo com o censo agrícola do IBGE, o município dispõe de 3.375 estabelecimentos rurais e o industrial indica a existência de 234 estabelecimentos. O comércio atacadista é composto de 69 estabelecimentos e o varejista de 905. A área é servida pela ferrovia que compõe a 11ª Divisão do Sistema Regional Sul, pelas rodovias BRs-116, 282 e 470, pelas estaduais SCs- 22, 45, -46, 53, 56 e 58 e ainda por várias estradas municipais sem denominação. A receita do município é da ordem de Cr\$ 45.000.000,00.

---

(1) Fonte: IBGE, 1975.

A sociedade lageana é de tradição arraigada e, pela comprovação histórica, constatou-se o condicionamento às atitudes de aceitação passiva dos fatos, podendo-se admitir que a terra é fator condicionante deste comportamento, pois através das matas e das pastagens o homem lageano busca recursos para sua sobrevivência e subsistência.

A base cultural é sedimentada numa sociedade de tipo patriarcal, economicamente sustentada pelo extrativismo e pela criação do boi e do cavalo, pela exploração da madeira. O chamado lageano tradicional, cuja ancestralidade é oriunda das vilas das fazendas, mesmo saindo para estudar fora, volta para a terra, reencaixando-se nos costumes e hábitos locais, geralmente de atitude passiva, com reflexos na sociedade, na política e na economia.

CENSO DEMOGRÁFICO

L A G E S

CENSO	TOTAL	SITUAÇÃO	
		URBANA	RURAL
1940	30.945	8.744	22.201
1950	47.335	16.309	31.026
1960	76.579	36.666	39.913
1964 (escolar)	83.555	45.606	37.949
1970	128.728	89.494	39.234
1975 (estimativa)	160.170		

- Dados IBGE



CENSO INDUSTRIALL A G E S

CENSO	Nº de estabelecimentos	Nº de operários ocupados	Produção Cr\$ 1.000
1950	133	809	50.988
1960	211	2.075	1.568.340
1970	234	5.179	194.306 (1)

(1) *Cruzeiro novo.*

(2) *Dados IBGE.*

4.2.

A FUNDAÇÃO

As paragens "das Lages" eram, antes de 1766, "um pouso de tropeiros ... que primeiro rasgou a mata, violando a virgindade dos sertões bravios" (2). Quem primeiro deu notícia das terras dos campos, em 1727, foi Francisco de Souza Faria, quando abria a estrada dos Conventos ou de Araranguá, por ordem do então governador de São Paulo, D. Antônio da Silva Caldeira Pimentel (3). Segundo ainda Ramos, "o povoamento dos Campos das Lages foi devido a ânsia de furar o sertão bravo, para atingir as campinas do Rio Grande do Sul, ricas de gados de todas as espécies, mas que despertava nos paulistas e mineiros a ambição de estabelecer um intenso comércio com os estancieiros gaúchos pelo interior, encurtando distâncias (grifos nossos) (4) e aproveitando os campos nativos para descanso e invernação das tropas".

COSTA (5) informa que o fundador da vila, Antônio Correia Pinto, foi movido ao ato (novembro de 1766), pela promessa de receber uma Patente de Capitão-Mor-Regente e de uma Comenda da Ordem de Cristo. Entretanto, RAMOS (6) esclarece que o fundador da cidade, à época, já era fazendeiro nos campos de

(2) COSTA, Octacílio, *História de Lages, Florianópolis*, Ed. do Dep. Est. de Imp. e Prop., 1944, p. 13.

(3) RAMOS, Vidal, *Notas Para a História da Fundação de Lages, Florianópolis*, Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Catarina, vol. XII, 1ª sem. 1944, p. 14.

(4) Expressão usada no programa de governo de Antônio Carlos Konder Reis, "governar é encurtar distâncias", 1975.

(5) COSTA, op. cit., p. 11.

(6) RAMOS, op. cit., p. 19.

Lages, como consta de uma carta escrita pelo Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras, em 24 de dezembro de 1766, e outra, escrita pelo Coronel José Custódio de Sá e Faria, governador do Rio Grande do Sul, em 6 de janeiro de 1767, podendo-se, portanto, dizer que vem do ano de 1728 o estabelecimento dos primeiros moradores nos campos de Lages", ano em que foi aberta a referida estrada pelos Conventos, que atravessando ditos campos, fazia ligação entre o Rio Grande e São Paulo.

DACHS (7) afirma que a 4 de setembro de 1770, o Morgado de Mateus expediu ordem a Antônio Correia Pinto para instalar a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de "Lagens". Oito meses e meio após a expedição da ordem, "aos vinte e dois dias do mez de mayo de mil sete centos e setenta e hum nesta povoação de Noça Senhora dos Prazeres das Lagens, onde se achava o Capitam Mor Regente Antônio Correia Pinto, com ordem para crear em Villa e cendo ahy presentes os povoadores: Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes, Domingos Rodrigues Vidigal, Antônio de Souza, Manoel Barboza, Tenente Bento Soares da Mota, Alferes José Raposo Reis, Sebastião Pinto dos Reis, Furriel Lourenço Rodrigues da Rocha, Antônio José de Miranda, Luiz Madeira Ramos, Felipe Barbosa Leme, Mateus José de Souza, Caetano Saldanha, Domingos Antônio Pereira, Luiz Felix da Silva, Francisco Xavier, Pedro Gonçalves Furtado, Francisco Antunes da Porciuncula, Antônio Lopes Negreiros, Agostinho de Souza Rebelho, A. de Almeida, Bento Manoel

(7) DACHS, Walter, *Histórico da Vila de Nossa Senhora das Lagens*, in "Guia Serrano", Lages, Ano XXIV, nº 2143, 10/9/1960.

Paes e Marcelino Pereira do Lago, escrivão". Acrescentando: "Se escolheu a melhor situação e terreno para se levantar pelourinho de jurisdição e logo este se levantou fazendo lhe hum pao de ley, chamado eipê de quatro quinas com seos braços de huacatana. Bem assim para se conhecer que era pelourinho". Depois do levantamento do pelourinho e da escolha do melhor lugar para a Casa da Câmara e da Cadeia, segundo informa DACHS, procedeu-se a eleição das Justiças e Officiais necessários para a nova Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. "Comunicou-se ao Governador Capitão General da Capitania de São Paulo o resultado da eleição. Tinham sido eleitos e propostos para Juizes do presente anno de 1771: Antonio de Souza Pereira e Antonio Roiz de Oliveira, para vereadores; o Tenente Antonio Barbosa Franco, o Tenente Bento Soares da Mota e Alferes José Raposo Pires, para Procurador, o Euryriel Lourenço Roiz da Rocha; para Escrivão, Marcelino Pereira do Lago; para Alcaide e carcereiro, Domingos Roiz Vidigal" (8).

As terras fartas e onduladas eram valorizadas pela capacidade de comportar o gado. Os pinheiros encopados não tinham valor à época e o seu fruto, o pinhão, servia de alimentação para os escassos porcos que perambulavam pelas fazendas. A agricultura era incipiente, cultivada em volta da casa grande, para o consumo doméstico. O fazendeiro lageano sempre morava na fazenda com a família, os agregados e os peões. Os mais abastados davam-se ao luxo de ter casa na vila, depois cidade. Ainda segundo COSTA (9), "as terras eram vendidas consoante a maior

(8) DACHS, *op. cit.*, Ano XXV, nº 2689, 14/10/61.

(9) COSTA, *op. cit.*, p. 26.

capacidade de gado vacum quem comportavam; ninguém olhava o pi-  
nhal, que somente servia para que os porcos se alimentassem de  
seus frutos e a própria terra de cultura não se valorizava. "A di-  
ficuldade de transporte dos produtos agrícolas embargava o desen-  
volvimento agrário".

CAPÍTULO 5

O PODER POLÍTICO EM LAGES

5.1. A OLIGARQUIA

5.2. AS DISPUTAS

5.3. AS DISSENSÕES

5.1.

A OLIGARQUIA

Proclamada a República, Lages iniciou vida nova, de grande e intensa atuação nos destinos políticos de Santa Catarina. A 8 de março de 1891 foi eleita a primeira Assembleia estadual Constituinte Republicana, presidida por Francisco Tolentino. Lages mandou para o Órgão como seus representantes João Costa e Vidal de Oliveira Ramos. O Partido Republicano em Lages — o primeiro a ser fundado em Santa Catarina, — segundo Licurgo Costa — dominava a política no Estado. A família Ramos estava unida em torno da agremiação, sob o comando do coronel Belisário José de Oliveira Ramos e de seu irmão Vidal. Em 1893, de Florianópolis, Hercílio Luz chefiava a "cisão republicana" (1). Lauro Müller consegue, mais tarde, a reunificação partidária, e por este acordo, o coronel Vidal José de Oliveira Ramos se torna Vice-Governador do Estado, com Lauro Müller no governo, no período de 1902 a 1906. Em 1907 o coronel Vidal Ramos, lageano, assume o poder mas não termina o mandato, para ser senador, assumindo em seu lugar, Abdon Batista. No quadriênio 1910/1914, os catarinenses têm no governo, novamente, o coronel Vidal José de Oliveira Ramos. De 1914 a 1918, assume o governo outro lageano, Felipe Schmidt.

Em 1918, conforme CABRAL (2), Lauro Müller, que se tornara uma das grandes figuras da vida nacional, desejou fa

(1) CABRAL, Oswaldo Rodrigues, História de Santa Catarina, Florianópolis, SEC, 1968, p. 266.

(2) *Op. cit.*, p. 267.

zer governador de Santa Catarina Abdon Batista. Contra esta candidatura rebelou-se Hercílio Luz, e de tal modo dividiram-se as influências políticas do Partido Republicano, que Lauro teve de ceder, tendo então aceito a própria candidatura, para salvar as aparências e recebendo Hercílio Luz como Vice-Governador, com a condição de que este assumisse o cargo em vez do Governador eleito. Hercílio exerce novamente o poder de 1918 a 1922, conseguindo nova eleição para o quadriênio seguinte, 1922/1926, que senão cumpriu, pois faleceu em 1924.

Em 1926, é eleito Adolfo Konder para o governo do Estado, tendo como vice o lageano Walmor Ribeiro, ambos hercilistas e, como este, também do Partido Republicano. Fúlvio Aducci foi eleito para o período seguinte, 1930/1934, mas é apeado do governo após 26 dias de exercício, com o advento da Revolução de 1930.

Na Primeira República os representantes catarinenses na Câmara Federal e no Senado eram quase sempre os mesmos, integrantes ou representantes das oligarquias. Faziam rodízio nas posições, usando dos velhos artifícios de eleições fraudulentas ou de manobras com o eleitorado submisso, encurralado pela

força do poder político. A corrupção eleitoral foi característica da República Velha, estendendo-se à República Nova e até à Terceira República. Contribuiu para a corrupção o poder das oligarquias em nomear juizes de paz e juizes eleitorais, bem como os delegados de policia, quando o governo estadual estava cooptado com as oligarquias interioranas, gerando-se, assim, instrumentos de dominação. As eleições "à bico de pena", as atas falsas, eleitores votando por vivos e mortos e a falsidade de assassinatos de supostos eleitores — entre outras — foram práticas recorrentes no sistema político brasileiro, e, conseqüentemente, em nossa área de estudo.

O coronel Aristiliano Ramos (3) relata o episódio ocorrido em 1922, quando ele era Prefeito de Lages, em substituição ao seu pai, coronel Belisário José de Oliveira Ramos. Seu tio Vidal — a quem chama simplesmente de Vidal — que o tinha como grande amigo, terminara seu mandato de senador, e já rompido com Hercílio Luz, desejou que a sua candidatura fosse renovada. Esta dependia de Arthur Bernardes, "que tinha grande influência conosco, porque em Santa Catarina, Lages foi o reduto que fez a campanha mais veemente contra a sua eleição". E prossegue: "O Hugo (Ramos) conseguiu do Antônio Carlos (governador de Minas) que o Bernardes concordasse com a renovação da candidatura do Vidal para o senado. Entretanto, os homens de Lages que tudo deviam ao Vidal, inclusive Caetano (Costa), o meu cunhado Otacílio (Costa) que brigou comigo e com meu pai por despeito e o Walmor

---

(3) Entrevista concedida ao jornalista Sérgio da Costa Ramos, em março de 1975.

Ribeiro, que nunca gostou do Vidal porque ele nunca o chamou para médico da família (vou contar isto, particularmente, no livro que estou escrevendo....) — assinala o cel. Aristilia no — foram ao Rio de Janeiro e se opuseram a que Vidal fosse renovado na vaga de senador que se dava em Santa Catarina naquela ocasião; era a renovação de um terço de senador. Por interferência do Antônio Carlos o Bernardes determinou que se deixasse livre o terço para deputado. Eram quatro deputados dos que tinha direito Santa Catarina. O Vidal, então, entrou em entendimento com Adolfo (Konder) para não se fazer a eleição, mas fazê-la à bico de pena. Concordaram, foram forçados pelo Bernardes. Mas o Nereu queria ser candidato e escreveu uma carta dizendo que se ele não o apoiasse, ficaria no Rio de Janeiro, abriria um escritório e se afastaria da política de Lages". (...) "Mas como o pai foi candidato, a candidatura dele (Nereu) foi afastada. O Vidal entrou em acordo com o Adolfo para fazer esta indecência política, com a qual eu não concordei. Fui ao Vidal, na fazenda dele e lhe disse que seria ludibriado neste entendimento e que não iria aparecer nenhum voto no Estado inteiro, se as eleições fossem feitas à bico de pena, porquanto, já o Adolfo tinha dado ordem para todo o Estado que não se consignasse um voto para o Vidal".

"Nesta ocasião — continua o falecido coronel lageano — em que o procurei na fazenda, disse ao Vidal: Para o senhor que já foi governador duas vezes, deputado federal, senador durante dois períodos, aparecer numa elei

ção com zero votos, não há nada mais humilhante do que isso. Eu acho que o senhor não deve concordar com este entendimento e deve fazer com que os eleitores concorram às urnas. Ele não concordou comigo porque confiava no Adolfo Tenório. Uma carta que ele me diz isto. Como ele não concordava comigo, disse-me: Então vou retirar-me para minha fazenda e não vou tomar parte nas eleições. O meu voto o senhor terá e eu vou exigir que o registrem. Mas, outro voto o senhor não terá em Lages, porque ninguém vai votar no senhor, porque as eleições serão feitas à bico de pena. Ele teimou e assim procedeu. Na ocasião ele me disse que já tinha escrito ao Nereu "sobre este assunto".

"Concorreram as eleições — adianta — e no litoral o voto era acumulado. O candidato tinha três votos. Ele teve sessenta votos no litoral inteiro. Na capital teve seis votos. Eu sabia que ia acontecer tudo isto. Fiz um trabalho na serra, os meus amigos se movimentaram e compareceram às eleições. No sul foi feita dez dias antes toda a eleição à bico de pena e no resto do Estado da mesma coisa. Só não foi feito na serra porque eu mandei fiscalizar, e mandei comparecer, com exceção de Campos Novos, em que o meu amigo Osório Fagundes chegou com cento e cinquenta eleitores para votar".

Conta ainda o coronel Aristiliano que mesmo após já ter sido realizada a eleição com a ata lavrada, Osório Fagundes "mandou contar os votos" e depois voltou para casa com seus eleitores. Assim o coronel Vidal José de

Oliveira Ramos foi conduzido ao Senado com cerca de trinta e cinco mil votos, na base da eleição "à bico de pena".

A violência foi outra característica da estrutura da política oligárquica. Crimes foram cometidos por "capangas" à mando dos chefes políticos; batemorizações, surras e represálias eram comuns na área em estudo. Na entrevista concedida pelo Desembargador aposentado Mário Teixeira Carrilho, que foi juiz de direito em Lages, antes da revolução de 1930, são relatados vários acontecimentos criminosos em decorrência das disputas políticas, citando, inclusive, um capanga famoso da época, mulato, conhecido como "Troncho". Depois de aposentado, o Dr. Carrilho — como ainda é conhecido na região — ligou-se politicamente a Vidal Ramos Júnior e ao seu irmão, Nereu de Oliveira Ramos. Atendia profissionalmente a clientela do PSD, realizando defesas no Tribunal do Júri. Nos julgamentos, consoante ainda o seu depoimento, os "jurados eram conversados" e já se sabia, pelas ligações políticas de cada um, o veredicto condenatório ou absolutório. Estes julgamentos, muitas vezes, envolviam capangas ou agregados de chefes políticos ou fazendeiros.

A política oligárquica tem relação fundamental com a infra-estrutura sócio-econômica e a superestrut-

tura política (4). O oligarca geralmente possui atributos pessoais de liderança ou de personalidade marcante (dotes de oratória, capacidade organizacional, etc.), mas sempre está ligado à estrutura, exercendo, por isto, a dominação política da área onde atua.

Como já demonstramos, a unidade econômica mais importante do município de Lages, até as décadas de 1950 a 1960 era a fazenda; a indústria incipiente e o comércio ríodo. A exploração da madeira começava a ser desenvolvida pelo elemento de origem italiana e alemã que veio do Rio Grande do Sul e de outras regiões de Santa Catarina. Dados do IBGE mostram que nos anos sessenta migraram para Lages 14.051 elementos do Rio Grande do Sul; 31.065 de outras localidades do Estado de Santa Catarina e 1.584 do Paraná.

Este domínio econômico da posse da terra, evidentemente, implicava no domínio político. As fazendas eram inicialmente polos centralizadores de formação humana. Assim é que se foram criando os distritos, como os denominados Índios, Painel, Palmeira, Bocaina do Sul, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Carú, Cerro Negro e Correia Pinto. Em cada um deles o sistema oligárquico ou coronelístico tinha seus representantes, os chefes políticos e os cabos eleitorais, que ativavam as populações no atendimento clientelístico, visando as campanhas políticas para as eleições.

(4) SOARES, Gláucio Ary Dillon, Sociedade e Política no Brasil, São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1973, p. 28.

A política no município sempre foi comandada pela família Ramos, formando clãs de parentela, que desde 1850 começou a influir vivamente na vida política do município, da região e mesmo do Estado.

A fazenda do Guarda-Mor foi edificada pelo velho chefe Laureano José Coelho (nascido provavelmente em 1777 e falecido em 1862). Outras três fazendas na mesma região, "Santa Tereza", "São João" e "Morrinhos", faziam parte do feudo. O sobrenome Coelho foi abolido, segundo a informação do entrevistado coronel Aristiliano, porque o seu bisavô teria nascido em um domingo de Ramos, ficando somente Laureano José Ramos, que é o tronco da geração política dos Ramos em Santa Catarina". O pai do velho Laureano chamava-se Matheus José Coelho e a mãe, Maria Antônia de Jesus. Laureano foi casado com Maria Gertrudes de Moura Ramos. Da união nasceram nove filhos. Destes, o que mais de destacou foi Vidal José de Oliveira Ramos (Senior), nascido em 1821 ou 1822, casado em primeiras núpcias com Júlia Ribeiro de Souza Ramos. Deste casamento nasceram vários filhos, salientando-se os políticos Belisário José de Oliveira Ramos (o segundo filho) e o quarto, Vidal José de Oliveira Ramos. Belisário casou-se com Theodora Ribeiro Ramos; tiveram dezesseis filhos. Dentre estes o mais destacado politicamente foi Aristiliano Ramos. Paulina Schmidt foi a segunda mulher de Belisário. Vidal José de Oliveira Ramos casou-se com Tereza Fiuza Ramos, destacando-se na política, dentre os filhos homens, Nereu de Oliveira Ramos, Celso Ramos, Joaquim Fiuza Ra

mos, Mauro Ramos, Hugo Ramos e Vidal Ramos Júnior.

Os descendentes do coronel Belisário criaram-se na fazenda denominada "Morrinhos" e os de Vidal na fazenda do "Guarda-Mor".

Mais tarde a "Fazenda Santa Tereza" ficou com Vidal José de Oliveira Ramos, que por sua vez passou-a a Vidal Ramos Júnior, o penúltimo filho. A "Fazenda São João" permaneceu com Henrique de Oliveira Ramos, que transmitiu-a ao seu filho Vidal Ramos Neto, pai do falecido Rubens de Arruda Ramos, Jaime de Arruda Ramos e de Henrique de Arruda Ramos. A "Fazenda Morrinhos" ficou com os descendentes de Otacílio Costa, hoje em dia propriedade do ex-Embaixador Licurgo Costa, hoje denominada "São Roque".

Belisário, mais velho do que Vidal, conseguiu que o pai deixasse o mais moço, em 1883, ir estudar em São Leopoldo, já que o patriarca estava financiando os estudos de Caetano Costa, Sebastião Furtado, Tiago de Castro Furtado, Bibiano Rodrigues Lima. Vidal, depois de voltar de São Leopoldo, quis ser deputado estadual. Não tinha idade. Entretanto — segundo ainda o depoimento do coronel Aristiliano — seu irmão Belisário conseguiu uma certidão de idade e falsar com o padre, já que naquele tempo ainda não existia o registro civil. Assim, com vinte e um anos, ainda por completar, Vidal foi deputado (constituente) por Lages. Em 23 de março de 1868, o patriarca Vidal José de Oliveira Ramos, pai de

Vidal e Belisário, é nomeado pelo Imperador D. Pedro II para o posto de Tenente Coronel Comandante do Grupo de Cavalaria nº 4 da Guarda Nacional da Província de Santa Catarina, através do Decreto de 11 de março, <sup>1868</sup> prestando o compromisso na cidade de Lages a 6 de setembro daquele ano. Por Decreto de 12 de julho de 1894, o Tenente Coronel Vidal José de Oliveira Ramos foi nomeado pelo presidente Prudente de Moraes, para o posto de Coronel Comandante da 6a. Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Lages no Estado de Santa Catarina. A carta foi cumprida e registrada pelo então governador Hercílio Pedro da Luz, em 28 de fevereiro de 1896.

Em 1889, Vidal José de Oliveira Ramos havia assumido a Prefeitura de Lages, cujo titular passou a ser denominado Superintendente, voltando mais tarde a designação de Prefeito.

Em julho de 1902, Belisário, seu irmão, assume o posto, na municipalidade, com o apoio, inclusive, dos federalistas lageanos, exercendo a função até dezembro de 1922, tendo sido substituído, entre 1911 e 1914 pelo genro e secretário da Prefeitura, Otacílio Costa, e de janeiro de 1919 a dezembro de 1922, pelo filho Aristiliano Ramos.

\* \* \* \*

5.2.

AS DISPUTAS

O clã dos Ramos comandava o Partido Republicano-Conservador. A Revolução de 1893 faz com que o caudilho gaúcho Gumercindo Saraiva chegue até Lages, acossado pelas tropas legalistas do General Rodrigues Lima e do senador Pinheiro Machado. Ali, Gumercindo encontra um grupo de correligionários, federalistas lageanos, entre os quais, Luiz de Oliveira Ramos, Policarpo Andrade, Gaspar Lima, José Delfes, Elesbão Antunes e Inácio Costa, liderados por José Joaquim de Passos Córdova<sup>(5)</sup>. Entretanto, nenhuma ação foi iniciada, pois o Partido Republicano (dos Ramos) dominava a situação completamente, apoiado pelo comandante militar de Santa Catarina, coronel Moreira Cezar. Este cometeu perseguições e determinou assassinatos na região serrana, não poupando jovens ou velhos e não deixando de queimar residências.

Em 1894, Hercílio Luz foi a Lages acompanhado de Lauro Müller para conseguir apoio da família Ramos, em favor de sua candidatura ao governo do Estado. O velho chefe do Partido Republicano Conservador, Vidal José de Oliveira Ramos (Senior) consentiu, bem como conseguiu o apoio do chefe do Partido em São Joaquim, João Ribeiro. Para este entendimento, no quadriênio seguinte, que se iniciou em 1898, Lauro Müller ocupou o cargo de governador, e como vice, Vidal José de Oliveira Ramos. A composição foi efetuada para acomodar as disputas entre republicanos

---

(5) ARRUDA, Indalécio, *Revivendo o Passado*, Rio, Grupo de Planejamento Gráfico Ed., 1972, p. 74.

e federalistas, já que em 1900, por ocasião da eleição para deputados estaduais, Hercílio Luz chefiava a "dissidência" dentro do Partido Republicano — que vinha dominando inteiramente a política estadual desde a Revolução de 1893 —. O pacificador foi Lauro Müller, que conseguiu a fusão de federalistas e conservadores dentro do Partido Republicano Catarinense.

Posteriormente, a serra teria imposto os nomes de Vidal José de Oliveira Ramos (1910/1914), e do militar Felipe Schmidt (1914/1918) para o governo do Estado. Em Lages, os irmãos Belisário e Vidal revezavam-se no comando do Partido Republicano, com influências definitivas na política estadual. Na entrevista referida, Aristiliano salienta que: "O Vidal — em seu tempo — não tinha simpatia política entre o povo e o meu pai — o empurrava" (...) "Meu pai era quem fazia o Vidal subir na política. Ele sempre foi candidato de meu pai, para todas as posições que ocupou" (...) "Até ao senado ele foi candidato de meu pai" (...) "Sempre com o apoio da serra, era uma imposição da serra, porque meu pai aglutinava a força política da serra. Os políticos novos da São Joaquim entendiam-se com meu pai, seguiam a orientação política de meu pai" (...) "O Vidal aparecia depois, o meu pai empurrava".

Constatou-se, entretanto, nas pesquisas efetuadas, que o Coronel Aristiliano foi injusto em minimizar o título de Vidal José de Oliveira Ramos detinha grande prestígio político não só em Lages, como em toda a serra. O fato de ter sido deputado, governador e senador, deu-lhe maior prestígio político do que a seu irmão Belisário.

O coronel Aristiliano já antes da Revolução de 1930, considerava-se o homem de Getúlio Vargas em Santa Catarina. Tanto que confessou, na entrevista, que depois de ter tido contato com Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, Getúlio mandou chamá-lo através do general Firmino Paim, em 1929, para que fosse a Porto Alegre. Acompanhou-o o coronel Otávio da Silveira, que mais tarde chefiou a Polícia Estadual, quando Aristiliano foi designado Interventor no Estado, pela Revolução, em 1933.

Alguns entrevistados negam a alardeada força política de Aristiliano junto ao ex-presidente Vargas, argumentando que ele era realmente amigo e seguidor de Flores da Cunha, a quem deveu a sua nomeação para a Interventoria (6). Entretanto, o coronel lageano, inimigo ferrenho de Hercílio Luz, desde 1922, já havia se engajado no movimento surgido no Estado contra Arthur Bernardes, engrossado à época pelo "tenentismo". Aristiliano, dos oligarcas da família Ramos, foi efetivamente quem teve participação mais ativa na Revolução de 1930, liderando tropas no quadro de guerra, chegando até a capital vitorioso.

Conta Aristiliano que seu tio Vidal e os filhos não participaram da revolução; Nereu, seu primo, só se apresentou na frente de luta quando estavam prestes a tomar Florianópolis, e que procurando-o, "perguntou pelo Rupp" (Henrique). Aristiliano respondeu que não se importava com o Rupp, seu adversário, "porque não tinha interesse político no momento". Nereu

---

(6) Entrevista com o ex-deputado João Ribas Ramos.

então lhe disse: "Se você não me amparar vou-me embora, saio e não fico mais em Santa Catarina". Sensibilizado, Aristiliano apresentou Nereu ao general Ptolomeu de Assis Brasil, dizendo-lhe que ele era companheiro revolucionário, mas que tudo não passa de "mentira". "Fiz isto — registra — pela afeição, pela amizade e pelo parentesco. Por isto menti". Informa ainda o entrevistado que, segundo relato de Osvaldo Aranha, "o Nereu, antes da derrubada de Washington Luiz, estava no Rio tratando de sua nomeação para a Interventoria de Santa Catarina". Indagado pelo entrevistador da razão de Getúlio não tê-lo feito Interventor em 1930, Aristiliano responde: "Não por uma razão. Nós estávamos na fase revolucionária ainda. Eu ia marchar para São Paulo com o Lima. O Getúlio não queria sacrificar gente em Florianópolis, porque estava lá uma esquadra que tinha trazido mil e poucos homens do Rio e que guarneciam a capital. Era um sacrifício inútil. Nós queríamos era passagem livre para São Paulo. Este era o plano traçado pelo Lima, quando nos encontramos em Porto Alegre e acertamos este plano. Eu então tinha que tomar a Garganta em São Joaquim, que eu tomei, a estrada do Rio de Janeiro, que mandei guarnecer e tomar Trombudo para avançar força do sul além de Bom Retiro, que era uma garganta também e tomar Rio do Sul." Tudo isto dentro do plano executado. O Getúlio — continua — quando passou em Joaçaba teve conhecimento disto, mandou dizer que não sacrificasse gente para tomar Florianópolis".

Quanto ao episódio da indicação do general Ptolomeu Assis Brasil para Interventor do Estado em 1930, Aristiliano explica: "O Lessa propôs ao Vidal (seu tio) que pedisse

a nomeação de Ptolomeu. Mas este não queria, resistiu. Mas eles acharam, o Rupp e o Lessa, que era conveniente no começo, antes de reestabelecer-se a ordem constitucional. Como ele já comandava o exército, como tinha uma força poderosa, tinha condições de acomodar a situação em Santa Catarina. Eu estava em Florianópolis — prossegue — na Secretaria da Fazenda, com o Cândido Ramos, quando o Vidal desceu com o telegrama e foi mostrar-me dizendo: "Meu filho, eu fui obrigado a assinar este telegrama. O Rupp e o Lessa me fizeram assinar este telegrama pedindo a nomeação do Ptolomeu. Eu vim aqui para você também assinar. Ao que respondi — afirma Aristiliano — eu não assino, porque o Nereu está tratando para ser Interventor e eu estou de acordo com a nomeação dele. Ele (Vidal) disse-me: Mas eu não pude fugir. Vou por o teu nome. Ao que respondi: Faça isto que eu mandarei dizer que a minha assinatura é apógrafa (sic). E ele pôs o meu nome, com a letra dele".

Conta ainda o desaparecido coronel alageano que ficou "quando Nereu estava se entendendo com o Osvaldo Aranha no Ministério da Justiça, chegou o telegrama. Aí Osvaldo disse ao Nereu: Acabo de receber de Santa Catarina um telegrama pedindo a nomeação do Ptolomeu para Interventor e vem assinado pelo seu pai, pelo Aristiliano, pelo Henrique Lessa e Henrique Rupp". E completa: "O Nereu ficou desesperado e mandou dizer que não vinha mais. Depois acabou vindo — e assevera — também o que é que ele ia ficar fazendo no Rio de Janeiro! O Nereu veio — continua — mas encontrou o Ptolomeu e se ligou a ele. E conseguiram, então, numa manobra hábil, fazer a nomeação do Cândido Ramos para Secretário do Interior".

Jaime de Arruda Ramos relata na entrevista que nos concedeu, que Vidal Ramos Júnior participou efetivamente da Revolução de 1930. Saliente-se que em 1932 Nereu apoiava, com os paulistas, a Revolução Constitucionalista contra Getúlio Vargas.

## 5.3

AS DISSENSÕES

Em 1902, o "coronel" (aliás, Coronel da Guarda Nacional) Belisário José de Oliveira Ramos assume a Superintendência (nomenclatura dada ao Prefeito, depois de 1889) do município de Lages. As famílias Ramos e Costa viviam em perfeita harmonia política dentro do Partido Republicano.

Em 1903, o lageano Otacílio Costa, aluno brilhante do Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, cumpre o bacharelado. Orador festejado e cronista apreciado, casa-se com a filha mais velha do "coronel", Adélia Ramos da Costa (atualmente com 95 anos e residindo em Lages). Neste mesmo ano o sogro convida-o para assumir o cargo de Diretor de Secretaria da municipalidade. Em 1905, assume a Secretaria Geral, cargo de grande importância político-administrativa, pois quase todos os problemas e suas soluções passam por suas mãos. Otacílio vai ganhando, assim, prestígio e força política.

Recorde-se que até 1910, nem o Superintendente, "coronel" Belisário e seu irmão "coronel" (também graduado no posto de tenente coronel) Vidal José de Oliveira Ramos, tinham filhos com idade bastante para serem lançados na política. Assim, Otacílio Costa já "Major" da Guarda Nacional, vai causando preocupações ao cunhado Aristiliano (que na Guarda Nacional recebeu o posto de capitão), pela sombra política que projeta. Em 1917, dá-se o rompimento definitivo entre os dois. Otacílio candidata-se à deputação estadual. Aristiliano boicota a sua campanha e apoia um outro candidato.

Otacílio é derrotado. Volta para a serra e se afasta da política, mas recebe o apoio do sogro e é indicado para a Prefeitura, tendo assumido em janeiro de 1923, permanecendo até dezembro de 1926. Caetano Vieira da Costa, seu primo, continua o mandato, de janeiro de 1927 a outubro de 1930.

Segundo informação do embaixador Licurgo Costa, é no ano de 1918 que se dá a ruptura entre a oligarquia mandonista dos Ramos. Vidal era senador. Hercílio Luz governava o Estado. Não havia outro partido político: os republicanos dividiam entre si as três vagas para a Assembleia Estadual; os três senadores eram quase que vitalícios (Vidal, Lauro Müller e Felipe Schmidt, revezando às vezes com Pereira e Oliveira e Celso Baima) bem como as quatro vagas na Câmara Federal. Da bancada federal catarinense, tradicionalmente, três cadeiras eram entregues a nomes fidelíssimos ao partido e ao governo, e a quarta para um representante da "minoridade", que praticamente não funcionava. Nereu de Oliveira Ramos, já então advogado, tribuno e político famoso, pleiteia esta vaga, mas Hercílio se opõe. Belisário ainda é o alcãide de Lages e quer a vaga para o filho Aristiliano. Acusa o irmão Vidal de traidor. Nereu, apoiado pelo pai, insiste e se candidata pela sua região. Perde a eleição para Eliseu Guilherme da Silva, por cerca de 1.400 votos, apesar de ter obtido mais de vinte mil sufrágios.

A inimizade entre os dois irmãos se pereniza. Conta Licurgo Costa (7) que uma irmã dos dois velhos oligarcas,

(7) Cf. entrevista concedida em setembro de 1977.

D. Adélia, tentou a reconciliação na casa de Otacílio Costa (ainda hoje existente na Rua Correia Pinto, em Lages), onde se encontrava Vidal, de visita. Ela manda chamar Belisário, dizendo que uma sobrinha estava muito doente. Ele comparece, mas ao ver a moça, colocando a mão sobre a sua testa, constata a ausência de febre. Desconfiado da presença do irmão e da cilada, sai pela porta dos fundos. Nem a morte aplaca a inimizade; falece Vidal antes de Belisário, sem terem feito as pazes.

Embora os filhos de Vidal e Belisário não arrolassem nos seus espólios os desentendimentos dos pais, em 1934, como foi relatado no Capítulo 3, os dois grandes expoentes dos Ramos, Nereu e Aristiliano, rompem, também.

As dissensões na família Ramos levam para o quadro político local o pêndulo da disputa pelo poder, sendo afinal, quase que diluído pelas mudanças sociais ocorridas no município.

Assim é que o domínio político em Lages vai se alternando, quase que vinculado aos acontecimentos da detenção do comando do governo estadual.

Vitoriosa a Revolução de 30, assume a Prefeitura, provisoriamente, o coronel Otávio Silveira Filho (outubro de 1930 a dezembro de 1932), indicado por Aristiliano. Este, em 1932, é nomeado Interventor e faz Prefeito o seu parente Henrique Ramos Júnior. Nereu é eleito pela Constituinte de 1935. Em março, coloca o seu correligionário João Cruz Júnior na Prefeitura de Lages, até o mesmo mês do ano de 1936.

Aristiliano, que volta derrotado para a sua terra, depois da frustrada eleição para o governo estadual pela Assembléia Constituinte, joga o seu prestígio, em 1935, na primeira eleição depois da Revolução de 1930, para a Prefeitura do Município, apoiando o primo, Henrique Ramos Júnior, contra o outro primo e irmão de Nereu, Celso Ramos. Henrique vence o pleito e toma posse em março de 1936. Celso, muda-se para Florianópolis. Nesta eleição, vê-se claramente as consequências do choque que ocorreu entre Aristiliano e Nereu.

Entretanto, em novembro de 1937, com o início da ditadura de Getúlio Vargas — Nereu continuaria ainda no governo do Estado —, o prefeito de Aristiliano cai. Nereu manoebra habilmente e nomeia, em 1938, o então correligionário de Aristiliano, Indalécio Arruda, para a Prefeitura de Lages. Em 1941, Vidal Ramos Júnior, irmão mais moço de Nereu, é nomeado no lugar de Indalécio. Este volta em 1945, com a queda de Getúlio e de Nereu, nomeado pelo Interventor Luiz Gallotti.

Com a redemocratização do País, ferem-se as eleições de 1946, sendo eleito o general Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República. Udo Deeke é nomeado Interventor no Estado, que, por sua vez, nomeia Vidal Ramos Júnior para a administração municipalidade de Lages. Travam-se eleições para o mandato de Prefeito que iria até 1º de janeiro de 1951. Vidal disputa com Henrique Ramos Júnior, da facção de Aristiliano, e vence.

Até esta época, constatou-se que os candidatos aos cargos eletivos, ou de nomeação, no município, circunscre-

viam-se às famílias Ramos, Arruda e Costa. Todavia, nas décadas de 40 e 50, o afluxo de descendentes de italianos e alemães, que imigraram para o município, cresceu consideravelmente. Aumentava o número de serrarias, já se esboçando um pequeno parque industrial. Estes elementos de fora, integravam-se pouco a pouco na vida política, econômica e social lageana. Veja-se, por exemplo, a composição do diretório do PSD. Era seu presidente e representante de Campo Belo do Sul, o líder Vidal Ramos Júnior, registrado como industrial (à época já havia vendido a sua fazenda, "São João", para Valdo Costa Ávila, casado com uma filha de Tito Bianchini). Vidal foi um dos homens mais ricos do município, pela grande posse de terras e gado tendo posteriormente adquirido na "Companhia Força e Luz" de Domingos Valente. Como vice-presidente do diretório figurava Otacílio Costa, fazendeiro, representante do Distrito de Palmeira. Secretário e representante de Bocaina do Sul era Argeu Godinho Furtado, um advogado provisionado da cidade. João Dias Bräscher era alfaiate e tesoureiro. Como membros do diretório figuravam ainda, Alfrefo Floriani, operário; Valdo da Costa Ávila, fazendeiro; Albino Granzotto, madeireiro e fazendeiro (sua família dominava o distrito de Anita Garibaldi); Jaime Camargo Ramos, fazendeiro em Capão Alto; Dimas de Oliveira Waltrick, também fazendeiro em Capão Alto; José de Córdova Passos Varela, madeireiro do distrito de Carú; Otacílio Couto, escrivão e fazendeiro em Capão Alto; Filêto Borges, fazendeiro em Correia Pinto; Leontino Alfredo Ribeiro, comerciante, com domínios em Índios; Eustáquio Evilásio Neves, fazendeiro em Painel e João Ribas Ramos, advogado e filho de fazendeiro(8).

---

(8) Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral.

Em 1946, os filhos do "coronel" Vidal José de Oliveira Ramos integraram-se no PSD, bem como a maior parte dos integrantes da família Costa. Na UDN ficou Aristiliano, seus familiares e seguidores de Lages, São Joaquim, Curitibanos, Caçador e Campos NOVOS, aliados aos Konder, aos Rupp, aos Bulcão, Viana, aos Bayer e aos Bornhausen.

Vidal Ramos Júnior, em 1946, disputa a Prefeitura com Henrique Ramos Júnior e vence novamente, cumprindo o mandato até 1951. A Convenção do PSD lageano de 1950 escolhe o advogado e professor Osni de Medeiros Régis para candidato à sucessão de Vidal. Este fato já denota o aspecto de mudança. Osni não havia nascido em Lages. Casara-se, entretanto, com a filha do prestigioso médico Carmosino Camargo, ligado à UDN de Aristiliano, que lança o então gerente do Banco INCO, Agnelo Arruda, como candidato. Observadores da época concluíam que a candidatura de Osni Régis, visava obliterar a comentada candidatura do sogro. Este, todavia, não a havia aceito, mas permanece firme com o seu partido. O PTB, já crescente no município, articula a candidatura do rico fazendeiro Tito Bianchini, que tinha filhos e genros dispersados pelos dois partidos majoritários. Bianchini não aceita e os petebistas apoiam o candidato do PSD, resultando vitória para a coligação. Para o período 1956/1961, Vidal Ramos Júnior disputa a Prefeitura com o militar José Pinto Sombra, genro de Indalécio Arruda, na ocasião contra os Ramos do PSD. Vidal é eleito e toma posse em fevereiro de 1956. Na eleição de 1960, o PSD coligado com o PTB lança vitoriosamente um filho de industrial, Wolny Della Rocca.

No inverno de 1961, a tragédia ronda novamente a família Ramos. Vidal Ramos Júnior, líder carismático e talvez o maior estrategista político da família, falece em um desastre automobilístico. Naquele ano ele viria para a capital ocupar a Secretaria Sem Pasta, especialmente criada para ele, no governo do irmão Celso.

Em Lages, assume o comando pessedista o amigo de Vidal, Valdo da Costa Ávila, que ganhou a eleição de 1965 para a Prefeitura, mas falece em dezembro daquele ano. O genro de Vidal, Áureo Vidal Ramos (filho de Carlos Vidal Ramos, oriundo do segundo casamento de Vidal José de Oliveira Ramos Senior com Maria Godinho Ramos) assume o comando, tentando unificar os pessedistas e udenistas na ARENA. Sua campanha teve um grande "cabo eleitoral", a viúva de Vidal, Emília Ramos. Apesar da derrota, o MDB obteve razoável votação, pois estava composto do remanescente do PTB e de um grupo relativo da UDN, entre os quais, Laerte Ramos Vieira, sobrinho de Aristiliano. Na Câmara Municipal a ARENA elege nove vereadores, contra quatro do MDB, com

As eleições de 15 de novembro de 1972 têm significado político para o município. O MDB lança dois candidatos, Juárez Rogério Furtado e Laerte Ramos Vieira, com os vices, Dirceu José Carneiro e Clito Zapelini Neto. Concorrem pela ARENA Newton Borges da Costa (sobrinho de João Costa Neto do ex-PSD que por sua vez é neto do "major" Octacílio Costa) e o vice João d'Ávila Vieira. Juárez Furtado é eleito e na Câmara Municipal a

ARENA faz nove vereadores contra oito do MDB (por Resolução da Câmara, o número foi aumentado de 13 para 17 vereadores). Consta-tou-se, entretanto, que mais uma vez, a viúva de Vidal, "Dona Emília", foi peça importante para o resultado do pleito, já que, inclusive, o candidato do MDB, Juarez Furtado, era seu parente.

No último pleito de novembro de 1976, o MDB venceu largamente a ARENA, colocando na Prefeitura Dirceu José Carneiro, e na Câmara do Município elege dez vereadores contra nove da ARENA (vide tabelas no próximo capítulo).

Dilui-se, assim, o poder oligárquico em Lages, constatando-se que novas forças políticas, firmam-se no poder.

\* \* \* \* \*

## CAPÍTULO 6

### A MUDANÇA SOCIAL

#### 6.1. GENERALIDADES

#### 6.2. AS ESTRADAS E O BATALHÃO RODOVIÁRIO

#### 6.3. A DECADÊNCIA DAS FAZENDAS

6.1.

GENERALIDADES

Tem-se que o marco inicial das mudanças sociais ocorridas no município de Lages iniciou-se com a construção da estrada federal, entre os anos 45 e 55, ligando a cidade aos municípios gaúchos de Vacaria, Caxias e São Leopoldo, Novo Hamburgo e Porto Alegre, bem como à capital do Paraná, com a demanda a São Paulo e Rio de Janeiro, aproveitando-se a região de todos estes entroncamentos rodoviários.

Anteriormente, já existiam ligações, precárias, para o sul e sudeste, bem como para o interior e capital do Estado de Santa Catarina. As primeiras migrações para o município de Lages, vieram por volta de 1900, do Vale do Itajaí, segundo informação de Indalécio Arruda (1), constituída de colonos alemães e italianos.

A estrada Lages-Florianópolis data de 1780, foi construída por Antonio José da Costa, cumprindo ordens de José Pereira Pinto, então governador da Capitania.

Mas a ligação que fundamentalmente determinou a mudança social na área em estudo foi a do sul do País. De lá imigrou grande contingente dos grupos étnicos italiano e alemão, que iniciaram a transformação econômica e social de Lages.

---

(1) *Op. cit.*, p. 81.

A mudança nas bases rurais do município — não se esquecendo que desde a República Velha os partidos políticos, o governo e a própria igreja católica tinham o seu poder a partir das bases rurais —, conseqüentemente, determinaram comportamentos diferentes no comando político do município, persistindo o domínio da oligarquia que comandava os fazendeiros e os sucedâneos do capital industrial que vinha se formando.

A abertura das comunicações e a instalação do 2º Batalhão Rodoviário, determinando o aparecimento de elementos novos e a migração do homem do campo para a cidade, proporcionou a criação de novas bases para o desenvolvimento industrial, principalmente na exploração da madeira e seus derivados.

Estas mudanças e a natural divisão das fazendas — quer pela venda, quer pela sucessão — com o deslocamento dos trabalhadores do campo para um novo mercado de trabalho, a indústria, que se oferecia, mostrava um novo quadro social emergente, gerando crise no sistema oligárquico dominante na comunidade.

É de se aceitar a assertiva de ARAÚJO (2), de que "o processo histórico de institucionalização política no Brasil, nunca escondeu a importância da classe operária e do conjunto dos assalariados, constituindo-se em manifestação concreta de classe da burguesia brasileira. Mesmo antes de 1930 — prossegue — já se manifestavam diversas formas institucionalizadas de

---

(2) ARAÚJO, Braz J., *Mudanças na Estrutura Social Brasileira*, in: J.A. Guilhon de Albuquerque, *Classes Médias e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 113.

controle político. No passado não impediram a legitimação do poder pelo movimento de massas. O getulismo aparece na história política brasileira como a manifestação mais concreta desta legitimação. Na época, a importância da classe operária e dos assalariados seria muito virtual se comparada com a realidade de hoje. O operariado torna-se uma força objetiva da sociedade, revelada não somente pelo seu aspecto quantitativo, mas também, e sobretudo, pelas forças institucionalizadas de controle político. Aí está, ao nosso ver — conclui — um dos impasses do regime político do movimento de 1964".

A mudança social é fenômeno compulsivo. Ela tem as suas fontes, e sempre tem o condão de frustrar os avanços das oligarquias dominantes, a não ser que ocorram outros fenômenos de mudança política — pela tomada do poder — e que podem impossibilitar, ou inviabilizar a marcha da mudança social, no sentido da abertura contra os grupos fechados. O poder político central no Brasil nunca lutou pela extinção das oligarquias, até pelo contrário, sempre as apoiou, sempre as apoiou.

A mudança social também significa dispersão eleitoral. Pode-se dizer que após a Revolução de 1930 a política municipal no Brasil em nada foi modificada. O homem das grandes cidades foi o objetivo do "varguismo", em detrimento do trabalhador do campo, pois, taticamente, não desejava o poder central a alteração do domínio das oligarquias, para não comprometer a estrutura da vida municipal, que foi o alicerce da estratégia política de Getúlio Vargas. Constatase, assim, que a Revolução de 1930 não teve caráter social participativo, reduzindo-

se, tão e somente, como uma atitude política. Tome-se como exemplo a nomeação dos Interventores e os resultados das eleições realizadas em 1934/35 (para os governos eleitos pelas assembleias constituintes e representação no Congresso Nacional) que se serviram como capa para a ditadura que foi implantada em 1937.

Não se pode, desta maneira, ligar a ascensão de Vargas ao poder, como um corolário do fenômeno de mudanças sociais ocorridas no Brasil, principalmente na área objeto de nosso estudo.

O fenômeno de surgimento do proletariado, como classe influente no processo político brasileiro, só pode ser entendido entre o período 1945/1964, quando ele foi possivelmente organizado, e, mais tarde, deturpadamente e demagogicamente explorado, principalmente nos grandes centros industriais do País.

BOLIVAR LAMOUNIER (2<sup>a</sup>) salienta: "O fenômeno populista, dizem os sociólogos, é fruto de circunstâncias históricas muito bem determinadas e que dificilmente se poderiam reproduzir. Para o sociólogo argentino Ernesto Laclan, por exemplo, ele se deve a duas circunstâncias intimamente conjugadas. Uma, a existência de um conflito interno entre as classes dirigentes — uma crise de hegemonia —, de tal forma que um setor "modernizante" delas, a fim de combater as velhas oligarquias agrárias, vê-se forçado a buscar um apoio popular mais amplo. Outra, uma correspondente indefinição entre as classes pobres, devido à sua heterogeneidade, à presença demasiado ponderável de migrantes ru-

---

(2<sup>a</sup>) - LAMOUNIER, Bolívar, *Os riscos de repetir a história. Isto É*, São Paulo, 21 de setembro de 1977.

rais recentes etc., tudo isso fazendo com que o seu peso político se exerça muito mais no sentido de uma democratização geral da sociedade do que propriamente como política operária, de tipo revolucionário. O povo, nessa situação, comporta-se como uma massa difusa, facilmente manipulável, tornando-se, portanto, viável o projeto político do grupo dirigente que o utiliza como massa de manobra. Nesta linha de raciocínio — acrescenta — não há dúvida de que os tempos do populismo se foram para sempre".

\* \* \*

Em Lages, efetivamente, somente após a década de 40 é que começaram a ser sentidos os efeitos — os primeiros — da mudança social introduzida pela vinda do Batlhão Rodoviário e a abertura das novas vias de comunicação, aliando-se ainda outros fatores, como a qualidade do solo dos campos de Lages não se prestar, economicamente, para a pecuária, em comparação com o do norte do Paraná e sul do Mato Grosso, para onde emigrado grande número de fazendeiros lageanos (3); a divisão das fazendas; o êxodo do filho do fazendeiro que busca o estudo superior em outras capitâncias e o isolamento do município de Lages com o litoral, que seria o seu natural mercado consumidor.

---

(3) Cf. entrevista com Licurgo Costa.

O pinheiro na região, antes da valorização, era considerado uma praga; pois tomava lugar no campo das pastagens. Mais tarde com a vinda dos descendentes de italianos e alemães, começa a ser desenvolvida a indústria da madeira (pequenas serrarias) oferecendo novo tipo de produção e tornando alguns fazendeiros locais em madeireiros. Tempos depois, duas grandes firmas de exploração da madeira se instalam no município de Lages: a Olinkraft e a Papel-Celulose Catarinense, dizimando as reservas da araucária e semeando o "pinus elliotti". Portanto, adquirem ou alugam extensas áreas das antigas fazendas — o que hodiernamente vem aumentando —, comportamento este que foi objeto de matéria inserta na revista "Veja", nº 471, de 14/9/77, salientando que no distrito de Otacílio Costa, com 52 quilômetros de Lages e a 256 de Florianópolis, "os 10.000 moradores do distrito já se acostumaram à mudança da paisagem com a substituição do pinheiro nativo — a araucária — e de toda a cobertura vegetal pela silenciosa e homogênea floresta de pinus, uma árvore importada do sul dos Estados Unidos, excelente produtora de fibras longas para a indústria de celulose, mas tradicionalmente criticada pelos especialistas florestais e ecologistas, porque afugenta não só os pássaros, mas praticamente toda a fauna". Os técnicos estão preocupados com o plantio de mais de 200.000 hectares de pinus no Paraná e Santa Catarina. Segundo alguns, esta árvore deposita nas suas bases um tipo de resina que esteriliza o solo por longos anos (4)

---

(4) Opinião do entrevistado Licurgo Costa.

Como se acentuou, o fenômeno compulsivo da mudança social altera fundamentalmente a situação político-eleitoral. Na Segunda República, a crescente participação eleitoral dos partidos de massa, apareceu sensivelmente nas zonas urbano-industriais, onde diminuíam as possibilidades de controle da massa eleitoral pelas oligarquias estaduais. O ano de 1945 marcou a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo político e o surgimento nesta participação das classes trabalhadoras, surgindo partidos de tendências distintas, concentrando-se na UDN e no PSD, em termos nacionais, e nas elites oligárquicas e grande parte do estamento burocrático, e no PTB, principalmente, no operariado. Segundo observação de SOARES (5), "o fato de que a fundação oficial do PSD esteja associada com Getúlio Vargas, não se deve obliterar o fato de que os seus fundamentos político-organizacionais encontravam-se nas oligarquias locais favoráveis a Getúlio, as quais, de fato, controlavam o partido, orientando-o, inclusive, em direção oposta à de Getúlio, como se pode ver no caso da candidatura Cristiano Machado, que, a nível decisório, provou ser majoritária dentro do PSD. O fato — continua — de que a fundação da UDN também tenha sido propiciada (sobretudo no Estado da Guanabara) por elementos liberais de uma burguesia e de uma classe média urbana, não deve obliterar o fato de que este partido catalisou também as oligarquias rurais e das pequenas cidades contrárias a Getúlio, que terminaram por dominar politicamente o partido".

(5) *Op. cit.*, nota de rodapé, p. 42.

Modificações na infra-estrutura sócio-econômica do país por Vargas e governos subsequentes deram forças ao "trabalhismo-populista", causando profundos desgastes nas bases políticas das oligarquias. Consumavam-se, pois, alianças das oligarquias com as agremiações de força popular (PTB, o mais forte, PSP, MTR, PTN e PST), o liberal-conservador PL, o católico centro-esquerda PDC, e o de centro-direita PRP. Segundo ainda dados analisados por Gláucio Soares, tem-se que enquanto os chamados partidos conservadores mantinham suas posições nos Estados menos desenvolvidos, o PTB aumentava e os outros pequenos partidos diminuíam. Ele informa ainda (6) que "em 1962, pela primeira vez na história do Brasil, um partido de orientação trabalhista, o PTB, superava um dos dois grandes partidos tradicionais, a UDN: em 1962, o PTB elegeu 116 deputados federais contra 91 da UDN, apenas dois menos do que os 118 do PSD. Os partidos de orientação trabalhista superaram a marca dos 40% sobre o total dos deputados federais. Isto numa eleição em que os votos válidos ultrapassaram doze milhões e os votantes ultrapassaram quatorze milhões e meio" — concluiu.

Referindo-se às alianças partidárias no período político brasileiro anterior a 1964, SOUZA (7) assinala: "Um dos pontos mais importantes a destacar nos diagnósticos da crise política — institucional brasileira — é a proliferação de alianças e coligações eleitorais. Tomada pela maioria dos observadores como uma espécie de perversidade do sistema partidário, como

(6) *Op. cit.*, p. 61.

(7) *Op. cit.*, p. 154.

como sinal do seu artificialismo e de sua congênita inorganicidade, a proliferação de alianças é também vista, numa lógica não de todo satisfatória, como sintoma de sua desagregação no embate com os processos de mudança sócio-econômica. Manifestação direta da sua inadequação — prossegue —, o hábito aliancista é também visto como um dos fatores de deslegitimação do sistema político-partidário".

A crescente urbanização, a industrialização e a decadência das fazendas — até certa época a unidade de produção econômica na área em estudo — aliados a outros fatores secundários, determinou a ruptura do domínio oligárquico no município de Lages. Estes fatores não podem ser considerados isoladamente, mas como partes integrantes dos processos globais.

Os quadros seguintes mostram os efeitos da mudança nas eleições para a Câmara Municipal de Lages e a disposição dos deputados do município à Assembléia Legislativa do Estado.

CÂMARA MUNICIPAL

(Por Cadeiras)

L A G E S

ANO	UDN	PSD	PTB	PDC	ARENA	M D B
1955	4	6	2	1		
1961	3	8	2			
1965	3	8	2	3		
1966					9	4
(a) 1972					9	8
(b) 1976					9	10

(a) Houve aumento do número de cadeiras, 17.

(b) As cadeiras foram aumentadas de 17 para 19.

- Fonte: T.R.E.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

(Por Cadeiras)

L A G E S

ANOS	PARTIDOS						ELEITOS
	UDN	PSD	PTB	PDC	ARENA	MDB	
1947		1	1				PSD - João Ribas Ramos PTB - Saulo Ramos
1950		1					PSD - João Ribas Ramos
1954	1	1					UDN - Laerte Vieira PSD - Osni M. Régis
1958	1	1	1	1			UDN - Laerte Vieira PSD - Osni M. Régis PTB - Evilásio Caon PDC - Rubens N. Neves
1962	1	1	1				UDN - Ladir P. Cherubini PSD - Áureo Vidal Ramos PTB - Evilásio Caon
1966					2	1	ARENA - Áureo Vidal Ramos Evaldo Amaral M D B - Evilásio Caon
1970					2	1	ARENA - Telmo Ramos Arruda Evaldo Amaral M D B - Juarez Furtado
1974						1	M D B - Francisco de Assis Küster

Fonte: T.R.E

\* \* \*

A modificação na estrutura da propriedade agrária também no município de Lages foi expressiva. Pelo quadro da página seguinte pode-se verificar que os estabelecimentos com até 50 hectares, representam 57% do total, ocupando 8,44% da área explorável.

Saliente-se que os imóveis rurais com mais de 100 ha. participam com 26,3% do número de estabelecimentos, e representando 82,1% da área explorável. O município de Lages se caracteriza, ainda (os dados da AMURES — Associação dos Municípios da Região Serrana — são de 1967), pelo predomínio da grande propriedade, extensivamente explorada, com presença restrita de implementos mecânicos. Segundo ainda os referidos dados, em 1960 havia no município 43 tratores e 1.514 arados.

LAGES                      ESTRUTURA DA PROPRIEDADE                      (Agrária)  
(1967)

Classe (ha)	Nº de estabelecimentos	Área total (ha)	Área explorável	%
0 - 10	1.069	5.584	5.255	0,80
11 - 25	981	17.366	16.713	2,54
26 - 50	892	34.768	33.728	5,11
51 - 100	845	63.871	62.043	9,40
101 - 1.000	1.262	354.405	343.470	52,05
1.001 - 10.000	94	184.748	177.624	26,91
10.000 - 100.000	2	23.000	20.999	3,19
T O T A L	5.145	683.742	659.832	100,00

O rebanho bovino lageano — segundo também dados da AMURES — aumentou em números absolutos no período 1962/1966, atingindo no final de 1966 um incremento de 27%, constatando-se uma queda sensível de 24% em relação a 1962. O valor de...

rebanho caiu 6% em 1967, com relação a 1962 e em 1968, continuou em declínio.

O município também apresenta uma agricultura decadente em termos de área cultivada, a partir de 1966, atingindo em 1968, uma queda de 32%, em relação a 1962.

Embora o município ainda disponha de áreas rurais relativamente grandes, estas têm sido desviadas da produção pecuária ou agrícola, para serem locadas às empresas madeireiras na plantação de "pinus". Despovoando o campo, ocorre a urbanização, ocupando-se a mão-de-obra na indústria do papel, da madeira e frigorífica. Estes processos minam os suportes da política oligárquica em sua forma tradicional.

6.2.

AS ESTRADAS E O BATALHÃO RODOVIÁRIO

Historicamente, o sentido de ligação do município de Lages a outras localidades data do seu descobrimento.

As picadas e caminhos tortuosos que levaram Antônio Macedo Correia Pinto "às parageãs" de Lages, eram, em si, meios de comunicação, não só como forma de estabelecer o comércio do gado pelos boiadeiros, mas como possibilidade de ligação com o sul do país, grandemente importante para a Coroa, e, depois, para a República, como conquista efetiva do território nacional, pois a ligação daquela região com o litoral e o planalto paulista — via campos do Paraná — era fator indispensável à integração nacional.

Até 1776 não havia ainda comunicação segura e conhecida entre a Ilha de Santa Catarina e a recém-povoada Lages (8). Correia Pinto já se preocupava com a importância da ligação de Lages com a antiga povoação do Desterro, como ponto estratégico, inclusive. Segundo EHLKE, "em 1787, o Vice-Rei no Brasil, que era D. Luiz de Vasconcellos e Souza, acolheu as novas proposições do novo governador de Santa Catarina, Sargento-Morde Artilharia José Pereira Pinto, bem como do Capitão-General de São Paulo, sob cuja jurisdição se encontrava Lages, no sentido de autorizar-se a abertura desse vital caminho" (...) "desde as suas

---

(1) EHLKE, Cyro, *A Conquista do Planalto Catarinense*, Editora Laudes, Florianópolis, 1973, p. 98.

respectivas povoações até os estendidos limites das Capitãncias de Santa Catarina e São Paulo, que se convencionou, ficariam nas cumieiras da Serra do Trombudo, onde, afinal, em 1791, se colocou "um pau de andrade", delimitativo e representativo das duas Capitãncias" (9).

Em 1787, surge em Lages um grande antepassado de Otacílio Costa — citado por EHLKE —, o Alferes de Cavalaria Antônio José da Costa, que se transforma no bandeirante responsável pela ligação Lages-Florianópolis, estabelecendo-se, definitivamente, no povoado em 1791. Em decorrência deste importante fato, em 1820, Lages desmembra-se da Capitãncia de São Paulo, integrando a do Paraná, "e a vastidão dos ainda não suficientemente conhecidos limites de Lages, que seriam muito discutidos, aliás, na futura contenda entre Paraná-Santa Catarina, a chamada Questão de Limites ou do Contestado" (10), disputa esta que ficaria registrada como ocorrida no ano de 1844.

A existência de um grande número de cabeças de gado, soltas nos campos de Lages, atraiu o homem e a sua permanência. Citando José Alípio Goulart, EHLKE (11) informa: "uma riqueza maior e mais abundante do que aquela que atraía os paulistas, que era a gadaria vivendo à gandaia, às leis da natureza, solta em campos ferozes, sem restrições e sem dono, como um presente régio a esperá-los. Nada mais lucrativo, para quem andava à cata de mercadoria vendível, do que arrebanhar cavalos e éguas,

(9) *Op. cit.*, p. 99.

(10) EHLKE, *op. cit.*, p. 105.

(11) EHLKE, *op. cit.*, p. 122.

curros e bestas, bois e vacas, para vendê-los a bom preço, nas regiões carentes desses animais".

Inicia-se, assim, o tropeirismo, nos primórdios do século dezoito, constituindo-se em fator de integração e desenvolvimento econômico. "Eram os tropeiros — descreve EHLKE (12); ademais, em regra, figuras patriarcais e de grande influência política; geralmente, ricos fazendeiros. No sul era assim denominados apenas os donos de tropas. Não há confundí-los com os almocreves, os peões, camaradas, ou ainda os arreiros. Nem, igualmente, se poderia assim designar aos que transportavam cavalos ou muares carregados de produtos comerciáveis; estes seriam os bruaqueiros e almocreves".

O tropeirismo se iniciou com a abertura de um caminho para o sul, das viagens empreendidas em 1714 pelo Sargento-Mor Manuel Gonçalves de Aguiar. São citados como tropeiros lageanos; entre outros, os Fontoura, antigos povoadores, e João Setúbal.

A "Estrada dos Conventos", ou estrada geral do sul; aberta por Souza Faria, e a "Estrada Real" ou "Caminho do Sertão", fincada por Cristóvão Pereira de Abreu, vieram a se tornar marcos importantes na história econômica, social e política na região sul do Brasil, possibilitando o povoamento do planalto catarinense.

---

(12) *Op. cit.*, p. 126.

A implantação da BR-2 (depois BR-116), ligando Lages a Vacaria e aos demais municípios gaúchos até Porto Alegre, no lado sul e a Curitiba, pelo norte, veio, efetivamente, determinar o deslanche das comunicações — e todas as suas implicações sócio-econômico-políticas — no município de Lages, a partir de 1955.

O asfaltamento daquela rodovia levou à concretização asfáltica da sede do município, margeando o distrito de Otacílio Costa, ligando a Rio do Sul e Blumenau, além das rodovias estaduais SC-53, SC-56 e SC-22 (esta ainda com o mesmo traçado antigo, via Bom Retiro, Alfredo Wagner até Florianópolis), fizeram da área um centro polarizador, e, conseqüentemente, determinou mudanças importantes.

\* \* \*

A 5 de dezembro de 1934 instalou-se em Lages o 29.º Batalhão Rodoviário, "que veio escancarar as portas por onde penetrou o progresso, que está tornando, ou já tornou, essa encantadora terra a "pioneira das cidades catarinenses", segundo a expressão dum ilustre parlamentar gaúcho", afirma ARRUDA (13).

A corporação foi instituída a 4 de junho de 1908 com a designação de 59.º Batalhão de Engenharia, tendo como seu primeiro comandante o falecido Marechal Rondon. Nesta época,

---

(13) *Op. cit.*, p. 26.

ou mais precisamente, em 1910, o Batalhão atuava em São Luiz de Cárceres, no Mato Grosso, colaborando com a Comissão de Linhas Telegráficas Nacionais, obtendo, inclusive, significativos elogios numa pequena obra escrita por um irmão do Presidente Roosevelt, que se encontrava no Brasil (14).

O 2º Batalhão Rodoviário, antes de se fixar em Lages, prestou serviços no Paraná e em São Francisco do Sul. Ainda segundo as informações do General Souto Maior — que serviu na corporação por longos anos — as primeiras instalações em Lages foram localizadas à Rua Benjamin Constant, nas proximidades do Colégio Diocesano, mudando-se depois para as margens da BR-116, no denominado Bairro Coral, ocupando uma área doada pela Prefeitura Municipal, de cerca de 15.000 m<sup>2</sup>.

Já no ano de 1950 o Batalhão construiu e asfaltou a estrada federal de Lages a Rio Negro, como também implantou a infra-estrutura ferroviária naquele mesmo trecho.

Em 1952 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem determinou que o Batalhão fizesse os estudos para o alargamento da rodovia entre Lages e Passo Fundo, numa extensão de 74 km, na divisa com o Rio Grande do Sul. Posteriormente, reformou e retificou a estrada estadual entre Lages e Rio do Sul.

Em 1951 o 2º Batalhão Rodoviário mantinha um contingente de 800 homens convocados e cerca de 1.650 civis que

---

(14) Cf. depoimento do General José Liberato Souto Maior.

oficinas mecânicas, oficinas de mar  
 carpintaria, dispondo de um  
 os eram vendidos pelo preço de cus  
 iam casa para morar com suas fami

44, com a instalação do Batalhão, a  
 cresceu na ordem de 11% e até o  
 entou 15 vezes mais, ou seja, ...

os de 1967 e 1968 o Batalhão conta  
 entre empregados e convocados para

e 1970 o 2º Batalhão Rodoviário foi  
 tarém, no Estado do Pará, tomando  
 e Engenharia e Construções (para fa  
 ). Sucedeu-lhe o Batalhão Ferroviária  
 férrea entre Lages e o Rio Grande

conta, todavia, que com a saída t do  
 ma desmobilização maciça de pessoal  
 A nova corporação tem operado mais  
 estradas de ferro nos Estados do Pa

*Souto Maior.*

Constata-se que a vinda do 2º Batalhão Rodoviário foi fator indiscutível de mudança social no município, quer pelo oferecimento de um novo mercado de mão-de-obra, aliciando, inclusive, o homem do campo e o da cidade. O núcleo populacional surgido em torno de suas instalações desenvolveu um novo bairro de cerca de 12.000 pessoas nos anos 60.

A ausência da corporação militar repercutiu profundamente na arrecadação do município e significou desemprego, criando seqüelas econômicas.

6.3.

A DECADÊNCIA DAS FAZENDAS

Na informação de PELUSO (16), "o planalto catarinense é dividido pelos geógrafos em três sub-regiões, uma das quais chamada "Campos de Lages", separa-se da região do litoral pela muralha da Serra Geral, abrangendo áreas de características diversas que são zonas naturais dentro da sub-região em que se localizam".

A região do município de Lages constitui-se em grande parte de zona pastoril e, em menor escala, de zona para a exploração da agricultura, possuindo recursos naturais de extensas matas onde predominava a araucária, ou o pinheiro nativo.

Desde sua fundação, Lages tornou-se lugar de criação de bovinos, equinos, e outros animais dispostos nas fazendas de áreas bastante extensas. A propriedade dos fazendeiros constituía-se, muitas vezes, em verdadeiros latifúndios, alguns até com mais de 3.000 hectares, entendidos comunitariamente na base de "milhão de campo", correspondendo cada milhão como um mil metros quadrados.

As primeiras fazendas de Lages conservavam-se afastadas dos meios de comunicação. PELUSO salienta que "os hábitos do fazendeiro abastado, em suas relações com os demais membros da família e com os subordinados, são aproximadamente os mesmos" (17). E logo adiante descreve o comportamento do coronel Manuel Pinto de Arruda, então proprietário da Fazenda do Cedro,

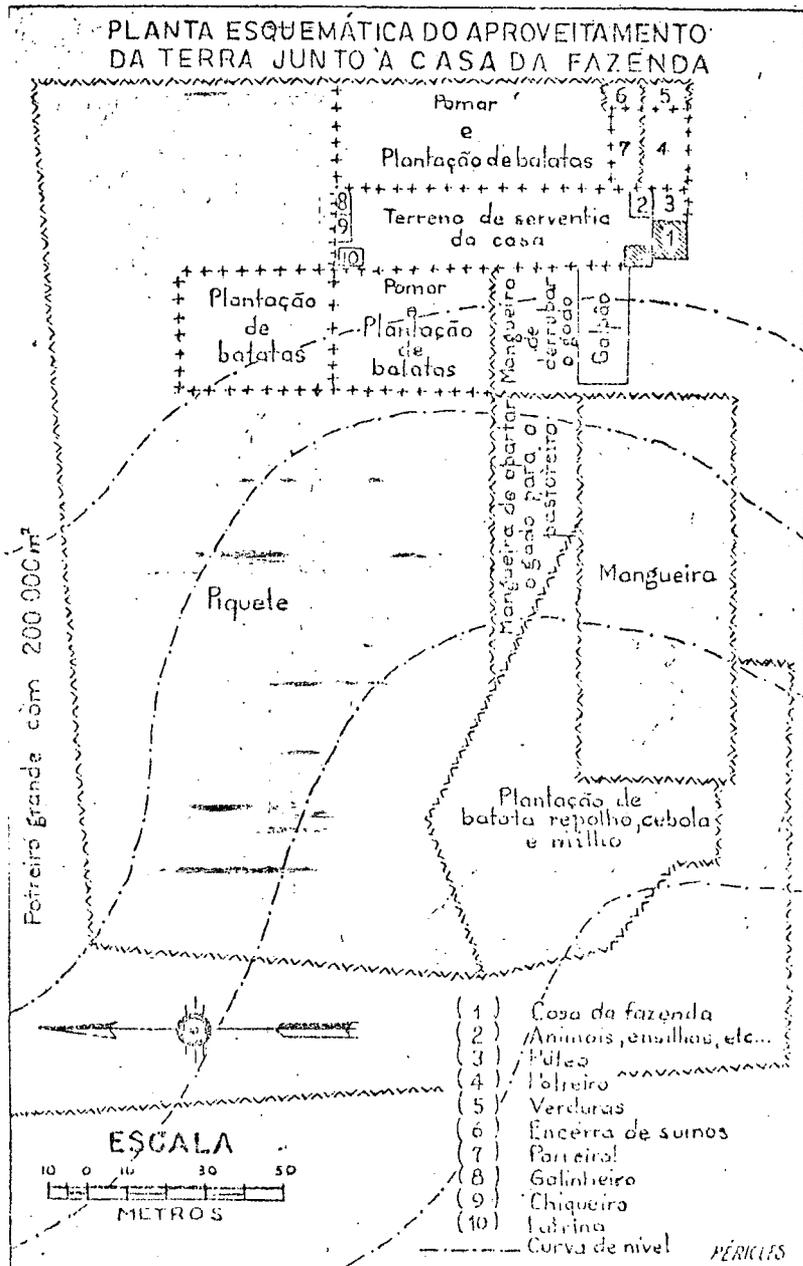
---

(16) PELUSO, Júnior, Vítor, *A Fazenda do Cedro: Planalto de São Joaquim*, in *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*, nº 72, março de 1949, p. 1379/1391.

(17) *Op. cit.*, p. 1382.

em São Joaquim, como "a expressão genuína do fazendeiro tradicional: hospitaleiro, afável e enérgico, administra a propriedade continuamente, preocupado com a sorte dos filhos, genros, agregados e rendeiros".

A fazenda é descrita pelo citado autor nos mínimos detalhes, orientando o leitor com a planta abaixo, pois a divisão e aproveitamento da área são o protótipo de quase todas as fazendas lageanas, ou melhor, é a imagem da fazenda padrão da época.



As grandes fazendas da década de 50 eram divididas em áreas de 100 a 500 hectares por cerca de pedra, denominadas taipas. Essas divisões chamavam-se invernadas e se destinavam à separação do gado conforme as conveniências. As invernadas, segundo o estudo de Vitor Peluso Júnior, agrupavam-se em partes que ficavam sob a vigilância dos membros da fazenda. O fazendeiro e os filhos solteiros, juntamente com o agregado, cuidavam da maior área em torno da fazenda. Os filhos casados e os genros, construíam suas casas em pontos estratégicos, mantendo os setores da propriedade sob vigilância, ajudados por outros agregados e peões. Aqueles, geralmente tinham a incumbência de fazer por determinadas invernadas, onde erguiam suas casas, de pinho tosco ou aplainado, sem qualquer conforto, rodeadas de poucas plantações, como verduras e árvores frutíferas para o consumo da família. No geral, a casa do fazendeiro gozava de admirável panorama. O galpão onde ficavam as vacas leiteiras estavam ao lado da casa, captando-se rapidamente o produto — e pelas manhã — para o apoio nas canecas de barro, já contendo café forte, torrado e moído no pilão, conseguia-se o "camargo". As mangueiras, em seguida, são o piquete, um pasto cercado, onde eram mantidos os cavalos de encilhamento. Em todas as casas, à noite, sempre se acendia um fogo na cozinha de chão batido, ou no galpão, em local apropriado, moradores e agregados reuniam-se para a "prosa", entremeada pelo chimarrão, pinhão assado na fogueira ou outros petiscos. Nos fins de semana, a conversa era mais alegre com o copo de "pinga" que passava de mão em mão.

A exploração econômica da fazenda ligava-se ao fornecimento do mercado consumidor, de carne e couro. O tra

balhador da fazenda geralmente não percebia salário. Este era trocado pelo chão onde tinha a casa, a terra em que plantava e o campo onde mantinha algumas reses de sua propriedade. Somente quando havia algum trabalho estranho à sua "lida", como domar cavalos, lavar a terra, reparar cercas ou taipas, ir à vila, é que percebia algo mais.

A venda do gado do fazendeiro era feita por intermediários (tropeiros) que compravam os animais na fazenda e vendiam nas cidades. Era um sistema de relações comerciais considerado primitivo, muitas vezes baseado na palavra e na confiança.

Quanto à organização social na fazenda, distinguia-se o fazendeiro e sua família, os agregados (em algumas existiam arrendatários), os peões e serviçais, estes sem qualquer remuneração, constituindo-se de descendentes de escravos, ou de filhos de agregados ou peões, gente criada pela família do fazendeiro.

A significação social da fazenda como rendimento econômico era fraca. Como observa PELUSO (18), "olhando-a sob o ponto de vista de exploração capitalista, é ela, na realidade, um desastre". Para as famílias dos proprietários e dos agregados, no passado, estes se revezavam pela multiplicação do futuro, constituindo-se em novos agregados, "acompanhando as divisões que as propriedades sofriam com o desaparecimento do fazendeiro. Es

---

(18) *Op. cit.*, p. 1389.

sa relação atendia às necessidades das duas classes que se formaram na exploração pastoril. A população — continua — que nos séculos XVIII e XIX não tinha propriedade, somente nas fazendas encontrava trabalho. O gado, pouco valor tinha, pois sua criação objetivava quase que exclusivamente o couro. O trabalho de caráter intermitente, exigia a união íntima entre as duas classes, e assim, na região de pequena densidade de população, a participação no uso da propriedade permitiu ter à mão o operário no momento preciso. Evidentemente — conclui — é nos latifúndios paulistas dos séculos XVII e XVIII que se encontram as origens do sistema social que se vê na atual fazenda catarinense".

Um outro e importante problema enfocado pelo professor catarinense, é o que se relaciona com o processo de sucessão da propriedade na fazenda da região serrana de Santa Catarina. O fato exerce decisiva influência nos grupos que estão fixados na fazenda. Com a sucessão, naturalmente, ocorre a divisão da propriedade, criando problemas com a permanência das famílias que se originaram dos agregados: "Modernamente — salienta — a situação se tem alterado. As grandes fazendas desapareceram, e poucas delas são reconstituídas. (...) Os descendentes dos agregados são forçados a procurarem terras em outras zonas, e poucas são as fazendas em que esses rebentos dos antigos servidores rurais encontram lugar, tal como sucede na Fazenda do Cedro". PELUSO considera que a maior significação social da fazenda está na sua importância em relação à família. A produção, gado, couro, etc., e o valor, a propriedade, são explorados com vistas ao bem estar de todos os descendentes do fazendeiro, tomando-se

em conta a consideração que é dada aos agregados. "O fazendeiro — assinala — é um latifundiário, mas antes disso é o chefe de um grupo social que nele encontra amparo em todas as situações em que necessita de conforto e proteção, que pela tradição deve ser dada pelo grande proprietário rural".

## C O N C L U S Õ E S

Diante das pesquisas, observações e dados coletados no presente trabalho, pode-se concluir que:

1) O estamento patrimonial da família Ramos dominou o poder político em Lages durante vários anos. Esse domínio político se colocou também em função do domínio econômico, pois à época, as fazendas eram as unidades de produção do município e seus empregados e outros segmentos da comunidade eram dependentes.

2) Os candidatos aos quadros administrativos da comunidade pertenciam, geralmente, à família dominante, e eram exercidos muitas vezes, pelos próprios chefes, filhos, sobrinhos, genros, netos e outros familiares, bem como por outras pessoas que agiam como delegados da oligarquia.

3) Esse poder expandiu-se à nível estadual até o ano de 1965, ocorrendo, entretanto, alternâncias no governo estadual com os partidos adversários da família Ramos.

4) Constatou-se a completa falta de ideologia nos partidos dominados pelas oligarquias, no âmbito municipal e estadual.

5) Embora ocorressem lutas e dissensões no seio da oligarquia lageana, os interesses políticos dos herdeiros levaram-nos a assimilar as disputas.

6) A ampliação dos meios de comunicação rodoviária, principalmente após a década de 40, possibilitou a migração de novos elementos que vieram a se agregar ao contingente populacional do município. Saliente-se, igualmente, que a vinda do 2º Batalhão Rodoviário possibilitou o oferecimento de novo mercadado de trabalho e ampliação de oportunidades para o elemento lageano que operava nas fazendas, e outras formas de trabalho-explorado.

7) A vinda para Lages de descendentes de italianos e alemães, para explorar a indústria extrativa da madeira, deslocou em parte o centro de interesse do fazendeiro, que viu na valorização do pinheiro e o surgimento das serrarias, uma diversificação da produção econômica do município. Posteriormente, com a criação das grandes empresas — Olinkraft, PCC e ainda a Lactoplasa — propiciou a formação de novos contingentes eleitorais, desligados do controle dos agentes do estamento-patrimonialista, que formava a aliança da família à propriedade da terra, com base no prestígio e poder político.

8) A divisão das fazendas pela sucessão e pela instalação de serrarias, em pequeno e médio portes, fizeram com que desaparecessem as grandes propriedades, deixando de ser expressiva a população rural como valor eleitoral. A decisão politransferiu-se para a cidade.

9) A influência política dos líderes empresariais lageanos é relativa, que hoje em dia se constituem em grupos de "status" da comunidade.

10) Nas vitórias da oposição em Lages, elementos remanescentes da oligarquia tiveram razoável influência.

11) Constatou-se, finalmente, que a emergência vitoriosa do MDB na área em estudo, nos últimos pleitos — conquistando a Prefeitura, aumentando o número de vereadores e elegendo o representante para a Assembléia Legislativa —, é decorrente da formação de novas lideranças, oriundas da divisão do estamento oligárquico e o aparecimento do processo de industrialização e a conseqüente urbanização.

\* \* \*

B I B L I O G R A F I A

1. ABREU, Alcides, Análise Sistêmica de Partidos Políticos, Porto Alegre, Editora Movimento, 1977.
2. ALMOND, Gabriel A. Powell, G. Bingham Jr., Uma Teoria de Política Comparada, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.
3. ARAÚJO, Braz José de, Mudanças na Estrutura Social Brasileira, in ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon, Classe Média e Política no Brasil, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, 83/114.
4. ARRUDA, Indalécio, Revivendo o Passado, Rio de Janeiro, Grupo de Planejamento Gráfico, editores, 1972.
5. BALAN, Jorge, Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro, São Paulo, DEL, 1974.
6. BAYART, Jean François, "L'Analyse des Situations Autoritaires - Étude Bibliographique", Revue Française de Science Politique, Paris, 26 (3); 483, jun. 1976.
7. BLONDEL, Jean, As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.

8. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita, O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilização de Política, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.
9. BOITEUX, José Arthur, Os Partidos Políticos de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.
10. BOITEUX, Lucas Alexandre, Notas para a História Catarinense, Florianópolis, Typ. Liv. Moderna, 1912.
11. BRUMER, Anita, "O Sistema Paternalista no Brasil", Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRSG, Porto Alegre, 4:57-59, 1976.
12. CABRAL, Osvaldo Rodrigues, Santa Catharina, Rio de Janeiro, Comp. Ed. Nacional, 1937.
13. CABRAL, Osvaldo Rodrigues, História de Santa Catarina, Florianópolis, PNE-SEC, 1968.
14. CABRAL, Osvaldo Rodrigues, Breve Notícia sobre o Poder de Santa Catarina, Florianópolis, Editora Lunardeli, 1975.
15. CAMARGO, Aspásia Alcântara de, "Autoritarismo e Populismo no Sistema Político Brasileiro", Dados, Rio de Janeiro, (2):22-45, 1976.
16. CARNEIRO, Glauco, Lusardo, o Último Caudilho, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1977.
17. CARONE, Edgar, A Primeira República — Texto e Contexto, DEL, 1973.

18. CARONE, Edgar, A Terceira República, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1976.
19. CARONE, Edgar, O Estado Novo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1976.
20. CARONE, Edgar, A República Nova, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1976.
21. CARVALHO, José Murilo de, "Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese", Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte (20):125-93, jan. 1966.
22. COSTA, Otacílio, História de Lages - Apontamentos, Florianópolis, Dep. Est. de Imp. e Prop., 1944.
23. DACHS, Walter, Histórico da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, Lages, Guia Serrano (var. pub.).
24. DAHL, Robert A., A Moderna Análise Política, Rio de Janeiro, Ed. Lidoor, 1970.
25. DUARTE, Nestor, A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, Contribuição à Sociologia Brasileira, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1939.
26. DUVERGER, Maurice, Sociologia Política, Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, 1968.
27. EHLKE, Cyro, A Conquista do Planalto Catarinense, Editora Laudes-Udesc, Florianópolis, 1973.
28. FAORO, Raymundo, Os Donos do Poder, 2 vols., Porto Alegre, Editora Globo, 1975.

29. FAUSTO, Bóris, O Brasil Republicano, (1889/1930), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1975
30. FIECHTER, Georges-André, O Regime Modernizador do Brasil: 1964/1972, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974.
31. FRANCO, Afonso Arinos de Melo, Um Estadista da República, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio - Editora, vol. III, 1955.
32. HIRANO, Sedi, Castas, Estamentos e Classes Sociais, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1974.
33. JAGUARIBE, Hélio, Sociedade, Mudança e Política, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.
34. LEAL, Victor Nunes, Coronelismo, Enxada e Voto, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975.
- 34.1. LAMUNIER, Bolivar, Os riscos de repetir a história. Isto É, São Paulo, 21 de setembro de 1977.
35. LOPES, Irine Maria Magalhães e ALESSIO, Nancy. "Transformação Política ao Nível do Poder Local - Estudo de Caso (Caxias) - Relatório Preliminar". Revista de Ciência Política, 5(4):43-88, out/dez. 1971.
36. LOVE, Joseph, O Regionalismo Gaúcho, São Paulo, Editora Perspectiva, 1975.
37. MÉDARD, Jean-François, "Le Rapport de Clientèle du Phénomène Social à l'Analyse Politique", Revue Française de Science Politique, 26(1):103-131, fev. 1976.

38. MEDEIROS, Jarbas, "Introdução ao Estudo do Pensamento Político Autoritário Brasileiro", 1914-18/1939-45, Revista de Ciência Política, 17(3):3-102, jul/set. 1974.
39. MELLO, Osvaldo Ferreira, Tendências do Federalismo no Brasil, Florianópolis, Editora Lunardelli, 1975.
40. MENDES, Cândido, Crise e Mudança Social, Rio de Janeiro, Liv. Eldorado Ltda., 1974.
41. MONTEIRO, Duglas Teixeira, Errantes do Novo Século, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1974.
42. PINTO, Aureliano de Figueiredo, Memórias do Coronel Falcão, Porto Alegre, Editora Movimento, 1973.
43. QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira, O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.
44. RAMOS, Nerêu, Discursos, Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1943.
45. RAMOS, Vidal, "Notas para a História da Fundação de Lajes", Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 12:13-45, 1º sem/1944.
46. RÉGIS, Osni de Medeiros, Classe Social e Poder, Florianópolis, (Tese de Concurso), Ed. do A., 1955.
47. RICHERS, Raimar, Rumos da América Latina — Desenvolvimento Econômico e Mudança Social, São Paulo, Ed. Edgar Blucker Ltda., 1975.

48. SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de, Dos Velhos aos Novos Coronéis, Recife, Pimes, Universidade Federal de Pernambuco, 1974.
49. SANTOS, Edilson Portela, "Evolução da Vida Política do Município de Picos, Piauí", Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, (10) : 160-183, jan. 1961.
50. SCOTT, James, "Corrupção Eleitoral. O Aparecimento das Máquinas Políticas", Revista de Ciência Política, 5(3): jul/set. 1971.
51. SILVA, Celso, "Marchas e Contra-Marchas do Mandonismo Local", São Paulo, Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1975.
52. SILVA, Hélio, 1930 — A Revolução Traída, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972.- História da República Brasileira, S. Paulo, Editora Três, 1975.
53. SKIDMORE, Thomaz, Brasil: De Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Editora Sager S/A, 1969.
54. SOARES, Gláucio Ary Dillon, Sociedade e Políticas no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
55. SOUZA, Maria do Carmo Campello de, Estado e Partidos Políticos no Brasil, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1973.
56. STEPAN, Alfred, Os Militares na Política, Rio de Janeiro, Editora Arte Nova S/A, 1975.

57. TABAK, Fanny, "Estudos de Política Local - A experiência no Brasil", Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, 5(2):61-90, abr/jun 1971.
58. TOUCHARD, Jean, História das Idéias Políticas, Lisboa, publicação Europa-América, 1970.
59. TORRES, João Camillo de Oliveira, Estratificação Social no Brasil, DEL, São Paulo, 1965.
60. TRINDADE, Helgio, Integralismo, São Paulo, DEL, 1974.
61. VILAÇA, Marcus Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto C. de, Coronel, Coronéis, Edições Tempo Brasileiro Ltda., Rio de Janeiro, 1965.
62. VIANNA, F. J. Oliveira, Populações Meridionais do Brasil, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922.
63. VERÍSSIMO, Érico, Incidente em Antares, Porto Alegre, Editora Globo, 1974.
64. WEBER, Max, Economia Y Sociedad, México, Fondo de Cultura Económica, 1969.

- ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, Sessões de 29 de abril de 1935 a 25 de agosto de 1935 - Arquivos da Assembléia Legislativa do Estado.

- ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950.

## JORNAIS PESQUISADOS

Correio de Lages - 1924, 1928, 1930

Região Serrana, Lages - 1945

O Conciliador, Lages - 1929

A Defesa, Lages - 1931

A República, Florianópolis - 1934, 1935

O Estado, Florianópolis - 1934, 1935

A Gazeta, Florianópolis - 1934, 1935

## REVISTAS

VEJA e ISTO É - 1977

